



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 4/2023

(Mandato 2021/2025)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e três, realizada no auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.

Presidente – *Camilo António Morais*

Primeiro Secretário – *José Carlos Vasco Jecas*

Segundo Secretário – *Celina da Conceição de Sá Martins*

Eram catorze horas e trinta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão e passou a dar conhecimento à Assembleia Municipal dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: -----

João Nuno Ferreira Pires, Ana Cristina Xavier Fernandes, Luís Miguel Pereira Vaz, António José Costa Vila Franca e Maria Inácia Ferreirinha que foram substituídos, respetivamente, por Beatriz Mata Pires, Dinis António Tiago Sarmiento, Beatriz Justo Lopes Pereira, Fernando Humberto Gomes e João Pedro Teixeira Fragoso -----

Por impossibilidade de estarem presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Amendoeira, *Francisco Inácio Alves Oliveira*, fez-se substituir pela Secretária da Junta de Freguesia, *Sónia Cristina dos Anjos Pereira*, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Olmos *Abel Francisco Paulos Rocha*, fez-se substituir pela Secretária da Junta de Freguesia *Cláudia Peludo* e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lagoa, *Nuno José Nunes Trindade*, fez-se substituir pela Secretária da Junta de Freguesia, *Honorina da Conceição Bagueixe Coelho Bento*. -----



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

Faltaram à sessão sem apresentar justificação à Mesa da Assembleia Municipal, os Deputados Municipais *José Luís Gonçalves Tomé Afonso, Beatriz Mata Pires e o Presidente da Junta de Freguesia dos Cortiços, José Manuel Fernandes.* -----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, *Rui Alexandre Serapicos Vilarinho Sónia de Jesus Afonso Salomé*, e os Vereadores em regime de não permanência, *Susana Alexandra Esteves Viana, António Nuno Batista Mendes de Moraes, Clementina Augusta Marçal Gemelgo e Edgar Manuel Rodrigues Fragoso.* -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 58 Deputados Municipais: *Camilo António Moraes, Celina da Conceição de Sá Martins, Rogério Paulo Talhas Pires, Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro, Manuel António de Sá Mico, Paulo Jorge Ferreirinha, Duarte Ferreira Dias, Vera Cristina Amaral Gabriel, Beatriz Justo Lopes Pereira, Carlos Alberto Fernandes, Ilídio João Alves, Dinis António Tiago Sarmento, Sandra Cristina Batista Matos, Fernando Humberto Gomes, Carlos Alberto Maravilha Azevedo, José António da Silva Madalena, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Maria José Vieira Teodoro Moreno, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, António João Alves Trovisco, Lília Margarida Pereira da Silva, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Sandra Maria Esteves Nascimento Franco, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Amâncio dos Santos Rocha, Daniela de Almeida Rebelo, Manuel Jorge Machado Olaio, João Pedro Teixeira Fragoso, Sónia Cristina Alves Oliveira, José Carlos Vasco Jecas, Maria Adelaide Serra Carvalho, Andreia Isabel Moraes Eugénio, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Moraes, Honorina da Conceição Bagueixe Coelho Bento, Betina Maria de Sá Gonçalves, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Miguel Ângelo Caseiro, Sérgio David Ramos Borges, Ramiro Borges Valadar, Cláudia Peludo, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Jorge Luís Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, Carla Alexandra Dias Miranda, Fátima Raquel Eusébio Costa, João Francisco Reis, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.* -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal se encontrava disponível, na mesa de apoio à sessão para consulta e indagou os presentes no sentido de pretenderem intervir



Handwritten signature and initials in blue ink.

relativamente à ata n.º 3, da sessão ordinária do dia 30 de junho de 2023, previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

Abertas as inscrições pretendeu usar da palavra a Deputada *Maria Adelaide Carvalho*, membro do Grupo Parlamentar do PSD para manifestar, relativamente à ata n.º 2 de 2023, ter consultado a página oficial da Assembleia Municipal e ter verificado que a ata de 28 de abril de 2023, não corresponde à ata corrigida, que lhe foi enviada e aprovada na reunião de junho e que a sua intervenção, referente ao ponto n.º3 da Ordem do Dia, relativo à Prestação de Contas 2022, não está completa passando, de seguida a ler a página que diz respeito à sua intervenção deixando à Mesa da Assembleia cópia do *e-mail* que lhe foi enviado com a ata corrigida, pedindo esclarecimentos ao Sr. Presidente da Assembleia sobre o assunto.-----

No uso da palavra, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu ter-se tratado de um lapso dos serviços que enviaram para publicação a ata não alterada e que os Deputados deverão comunicar aos serviços as situações e “não perder tempo na Assembleia”, e que está em causa, no momento, a apreciação da ata n.º3 relativa à sessão de 30 de junho de 2023.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a ata da 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 30 de junho de 2023, a votação. A mesma foi aprovada por maioria com nove (9) abstenções. -----

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro)

O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à Dr.ª *Catarina Paiva* para proceder à apresentação do projeto “ *Um novo futuro para o comércio local sustentável*”, através de diapositivos, com vista à elaboração de uma candidatura a “Capital Europeia do Comércio Local”, que significa que todos os anos uma cidade europeia acolha um ano de conferências, *workshops* de boas práticas, iniciativas de digitalização para o comércio, inovação tecnológica, eventos culturais e comerciais locais, organizados pela cidade escolhida e coorganizado com o gabinete técnico e a sede permanente desta capital”. Referiu a Dr.ª *Catarina Paiva* acrescentando que se trata de uma proposta que, apesar de ainda não estarem totalmente definidas as condições da candidatura, o repto já foi lançado para que venham a existir várias capitais amigas do comércio local, permitindo a realização de um conjunto de



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

iniciativas que podem ser desencadeadas e lideradas em Macedo de Cavaleiros e projetadas para todos os cidadãos da União Europeia. “É uma proposta que pode moldar a reflexão e que pode ligar o “ideal europeu ao quotidiano dos europeus na rua, nos bairros, nas pequenas e médias empresas e nas cidades da Europa, ligando a história e a essência da identidade europeia com o presente e o futuro de como as cidades europeias deverão ser, e será a base da nossa identidade comum.” Potenciando-se como um dos projetos europeus com mais visibilidade”. Ainda no âmbito Europeu, referiu as dimensões possíveis para chegar a uma candidatura a Capital Europeia do Comércio Local e alertas lançados para pensar o comércio local na pós-pandemia. Assim, e sendo Macedo de Cavaleiros uma cidade moderna bafejada por uma natureza que lhe concede vantagens competitivas, a Dr.ª *Catarina Paiva* passou a elencar os cinco critérios para alavancar a candidatura e a reflexão sobre o comércio local. -----

A todos os que têm obrigações, no que concerne à tomada de decisões, a Dr.ª *Catarina Paiva* referiu que a aposta o comércio local gera emprego, promove o empreendedorismo, revitaliza os centros habitacionais, gera diferenciação, potencia qualidade, melhora a inclusão e a segurança nas centralidades. “Os critérios de adesão ao Programa Capital Europeia do Comércio Local são múltiplos e já estão a ser estudados por vários grupos”, garantindo que “Macedo reúne condições especiais para pilotar, a nível nacional um programa integrado bem-sucedido, de acordo com os primados da Comissão Europeia”.-----

A apresentação contemplou ainda a indicação de um roteiro de iniciativas possíveis que podem ser desencadeadas por diferentes atores. Entre as iniciativas destacou a ideia de amigo do comércio local, com a identificação de projetos estratégicos que impactem o comércio, a monitorização dos projetos e indicadores chave ligados às propostas anuais do comércio local, sistematização de planos de ação e premiar os bons resultados pois “precisamos de valorizar o que fazemos bem”. A Dr.ª *Catarina Paiva* destacou, ainda, que esta candidatura terá semelhanças com a candidatura a “Capital Europeia da Cultura”, em termos de dinâmica, difusão e prestígio a nível europeu sendo esta uma candidatura em que todos ganham, “é uma “comunidade inteira que é valorizada, em trabalho e diálogo constante com as autarquias para se prepararem, de forma mais coerente, à candidatura da Capital Europeia do Comércio Local. Este é o desafio e consideramos que Macedo reúne condições fantásticas, e oportunas, para poder aceder e pensar em vir a ser uma candidata muito forte a Capital Europeia do Comércio Local.” Terminou, disponibilizando-se para efetuar esclarecimentos. -----



Cis
eeb
12

A apresentação, que se dá como transcrita, foi entregue à mesa da Assembleia Municipal ficando uma cópia arquivada na pasta de documentos relativos à sessão.----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Dr.^a *Catarina Paiva* a “brilhante exposição”, e dada a importância do tema questionou a Câmara Municipal e os Srs. Deputados se tinham alguma questão a colocar. Dando por aberto um espaço de diálogo. -----

Usou da palavra o Deputado *José Madalena*, porta-voz do grupo parlamentar do PSD para, no âmbito da apresentação, referir ser um plano muito genérico e aplicável a toda e qualquer localidade do interior do País, com lindas paisagens, mas ficaria muito feliz se Macedo de Cavaleiros fosse contemplado e viesse a ser “Capital Europeia do Comércio Local”. No entanto, à semelhança da oradora, acredita mais nas pequenas medidas de evolução do que na revolução, acrescentando que há muito se discutem os apoios ao comércio local, constatado que nos últimos anos se tem falado muito e feito pouco e que a pandemia veio agravar e provocar o encerramento de muitas lojas de comércio local. O Deputado frisou que há oito anos atrás, com a anterior Câmara, começou a pensar-se no comércio local e avançou-se com uma candidatura para a renovação total do Mercado Municipal, obra que a atual Câmara está a concluir, tendo ele próprio apresentado em Assembleia algumas medidas concretas “que teriam que ver com pequenas medidas, nomeadamente o estacionamento que podia ver revertido esse pequeno custo para o comércio tradicional. Acredito nos pequenos projetos e pequenas evoluções, e não tanto nas revoluções, no entanto, se isto contribuir para o desenvolvimento de Macedo de Cavaleiros, muito bem. O que tenho visto ao longo destes últimos seis anos de poder é encherem a boca com o apoio ao comércio local mas na prática as medidas não aparecem”. Rematou o Deputado.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à Deputada *Jacinta Lopes*, porta-voz do Grupo Parlamentar do CDS-PP que da apresentação concluiu que ainda não existe nenhuma candidatura delineada para ser submetida, e atendendo “ao facto de estarem a decorrer candidaturas no âmbito do comércio, nomeadamente os Bairros Comerciais Digitais, no âmbito do PRR, e tendo conhecimento de que houve várias autarquias, próximas à nossa, que se candidataram, com objetivos que entram no âmbito da apresentação hoje efetuada”, para questionar quais as diferenças entre as candidaturas que existem e a que foi apresentada. -----



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. No uso da palavra, após os cumprimentos habituais o Sr. Presidente endereçou um cumprimento especial à Dr.ª *Catarina Paiva* e à sua equipa pela brilhante apresentação que “podendo ser genérica foi proposta para Macedo de Cavaleiros, que aparece como referência e como marca, e é esse o objetivo: promover a nossa marca”. O edil frisou que o comércio local tem sido, de alguns anos a esta parte, uma aposta do Executivo, tendo a pandemia contribuído para o desenvolvimento do conceito, trabalhando plataformas e desenvolvendo, através do EDRU- Gabinete de Empreendedorismo e Desenvolvimento Rural, um trabalho de proximidade com os comerciantes locais, apoiando e promovendo o comércio local. A propósito das candidaturas, referidas pela Deputada *Jacinta Lopes*, o Sr. Presidente adiantou que o município promoveu a candidatura aos Bairros Comerciais Digitais mas a adesão foi “lamentável”. A candidatura envolvia parceiros e quando estes não aderem, o município, independentemente do trabalho que efetue, fica impotente. “Incentivamos a candidatura mas esta não se concretizou.” Quanto ao Mercado Municipal este pode ser um polo importante do comércio local e este é um projeto completamente diferente do que foi idealizado no passado. É um projeto novo que visa promover o comércio local, não só os comerciantes que já lá tinham assento, mas outros que assim o entendam. O conceito de Comércio Local apresentado carece de candidatura, “ e espero que com esta parceria com a Dr.ª *Catarina Paiva* possamos concretizar pois trata-se de um conceito extremamente desenvolvido por toda a Europa em que os mercadinhos de fim-de-semana são uma realidade. Nós promovemos os mercados de produtos da terra iniciativa que outros municípios estão a seguir. Começamos com algumas barraquinhas, fomos crescendo, e neste momento temos trinta barraquinhas que estão constantemente a ser solicitadas para promover os nossos produtos endógenos e os recursos locais. Com estas ações promovemos a pequena economia e o dinamismo local prova disso são as pequenas feiras que estão em crescimento. Temos uma pequena feira a começar em Talhas, outra no Lombo, que demonstram esta dinâmica de promoção dos nossos recursos endógenos. Estamos no bom caminho e temos condições para que esta candidatura tenha efeito e sucesso e esse é o nosso objetivo”. Rematou o edil. -----

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra à Dr.ª *Catarina Paiva* que esclareceu que o manual de procedimentos, e requisitos da candidatura, estão ainda a ser construídos e que o desafio para apostar no desenvolvimento, na transição digital e na consolidação de várias iniciativas que existem, a nível local e outras medidas a



Cij
celv
fr

nível europeu, vai arrancar, indicando, a título de exemplo, a cidade de Barcelona que está a servir de piloto para as componentes necessárias, adiantando que se trata de informação de janeiro de 2023, “muito recente e sabe-se que ao nível da comunicação será inspirado no fenómeno das capitais europeias da cultura e durante este ano iremos saber mais sobre os requisitos de acesso que deverá ser transversal, ter medidas ambientais, de transição digital e com criação de *marketplaces*. Neste momento são já várias as cidades, das quais destaco Barcelona, por ser a cidade que está a ser cobaia de todo este processo e que já possui indicadores e métricas de resultados para serem apresentados, dentro do contexto restrito do comércio local”. Destacou a responsável pela apresentação. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu o primeiro período de intervenções.

Usou da palavra o Deputado *Rogério Pires*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PS para manifestar, em nome da bancada do PS, a congratulação pública pela recente nomeação do ex-Vereador *Paulo Rogão*, acrescentando que este “não abandonou o concelho. Exercerá agora as suas funções em prol do distrito, mas principalmente em prol do nosso concelho. Esta nomeação foi acolhida pela bancada sem qualquer surpresa pois o trabalho realizado enquanto Diretor da Câmara, e mais recentemente como Vereador surge, com naturalidade, como resultado do empenho e entrega demonstrado no exercício das suas funções. Seria ainda sem surpresa que poderia ter acontecido a indicação de outros elementos do Executivo em regime de permanência, pelos mesmos predicados”. O Deputado acrescentou que esta nomeação veio demonstrar que as opções estratégicas do Sr. Presidente da Câmara, ao longo dos seus mandatos “refletem a sua capacidade em saber escolher quem o acompanha e o caminho a seguir” devendo a mudança ser encarada com naturalidade, pois já aconteceu no passado, acontece no presente e certamente acontecerão no futuro. “Saem uns, entram outros, mas a qualidade mantêm-se. Ao Dr. *Paulo Rogão* e à Sr.^a Vereadora *Susana Viana*, que irá iniciar as funções, a bancada do PS deseja as maiores conquistas pois dela dependem também as conquistas de Macedo de Cavaleiros e dos macedenses”. Proferiu. -----

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Deputado *José Madalena*. No uso da palavra o Deputado manifestou o seu desacordo com as afirmações do Deputado *Rogério Pires* pois “se há ética na política, e se esta é uma das formas mais nobres de trabalho para a comunidade, quando vamos a votos e damos a cara por



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

uma lista, e gostando tanto o nosso Presidente do paralelismo com o futebol, estamos na equipa e continuamos na equipa. No futebol, onde o dinheiro fala mais alto, compram-se e vendem-se jogadores, mas existe a possibilidade da equipa que vende ir ao mercado e substituí-lo por outro de valor semelhante. Na política, no quadro da atual lei autárquica, não é assim. Há uma equipa que dá a cara e, no meu entendimento, quem vai para a política e para servir, deve manter e cumprir o mandato até ao fim. Esta é a minha visão de ética em política”. Rematou o Deputado. -----

Usou da palavra o Deputado *Manuel Mico*, porta-voz do grupo parlamentar do PS que em jeito de resposta à intervenção do deputado *José Madalena* referiu que ética teve o Dr. *Durão Barroso* que deixou de ser primeiro-ministro e foi para Presidente da Comunidade Europeia passando, de seguida, a recordar o exemplo da Vereadora que em 2013 também saiu da equipa, para assim reforçar que um Vereador saiu e é necessário aceitar o facto. De seguida, o Deputado felicitou a nova liderança do PSD, *Clementina Gemelgo*, recentemente eleita e desejou-lhe que seja dinâmica para o desenvolvimento do concelho e no apoio aos macedenses. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, o Deputado questionou o motivo pelo atraso das obras na Escola, a atual situação financeira do município, em contexto da crise provocada pela guerra na Ucrânia e como vai ser elaborado o orçamento para o ano 2024. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Cláudio Trovisco*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PSD que intencionou contar uma pequena história. Assim, “ em 2019 o José entrou para a escola, com 6 anos. Quis o destino que o José tivesse de aprender a ler e a escrever em casa, afastado dos seus professores e amigos. O José teve a sorte de ter o apoio da família que deixaria tudo para o ensinar a ler e a escrever, na esperança de garantir que o seu futuro, apesar de todas as circunstâncias, não estivesse em risco. Os primeiros anos de escola dos Josés deste mundo não foram repletos de sorrisos, brincadeiras e boa disposição. Em vez disso, foram impedidos de frequentar a escola, e quando lhes foi permitido, tiveram que o fazer usando uma máscara, obedecendo a regras e normas que mudariam a sua forma de ver e sentir o mundo, de forma irreversível. Como se não bastasse, passado mais de um ano, foram confrontados com uma guerra, de proporções ainda desconhecidas e de seguida com dificuldades acrescidas devido a uma recessão e governação sem igual. Os Josés deste mundo já sofreram muito mais do que deviam, mas aos Josés de Macedo não bastaram todas as dificuldades vividas nos primeiros anos de escola e têm ainda que



Handwritten signature and initials

lidar com o atraso no seu processo de aprendizagem provocado pela demora na finalização das obras de requalificação da sua escola.” -----

“Por saber o quão necessário eram os trabalhos, o PSD demonstrou a sua preocupação em várias intervenções em sede de reunião de Câmara, às quais obteve sempre passividade e laxismo como resposta. Sabemos agora que o ano letivo já não começa a 20, nem a 25, como foi anunciado inicialmente, mas sim dia 29, praticamente duas semanas após aquele que deveria ser o dia oficial, porque falta material e as condições climatéricas não permitem trabalhar. Quero saber porquê? Foram precisos três meses para perceberem que a obra não terminava atempadamente. Não existiu uma fiscalização? Se existiu, como é possível não ter percebido isto e porque ainda não assumiu a responsabilidade? Ficou, ainda, perfeitamente clara a inércia e incapacidade deste Executivo que na inabilidade de antecipar este cenário não preparou quaisquer medidas de resposta para as necessidades resultantes deste atraso, comprovando um planeamento claramente inexistente ou inadequado. Tal como é bem patente a passividade e conviência da direção do agrupamento de escolas que, perante a gravidade deste assunto, não questionou as ações do Executivo, ou a falta delas. Como reação surgiram já as habituais medidas avulsas, características de quem navega à vista e sem a estratégia ou planificação que se exige ao mais alto nível, porque é das nossas crianças que estamos a falar. Para além de tudo isto importa saber se mantêm a possibilidade, caso as obras não estejam terminadas no dia 29, as mesmas continuarem paralelamente ao decurso das aulas, sujeitando os pequenos macedenses a conviver com um cenário de obra. Este Executivo, e demais entidades competentes, ficarão conhecidos como aqueles que por incúria e desleixo conseguiram sozinhos, e em exclusivo, atrasar a vida dos nossos filhos porque não tiveram a capacidade de fiscalizar e controlar aquela que será provavelmente, a mais importante obra da sua total autoria. Exigimos que sejam apuradas responsabilidades e esperamos consequências. Neste sentido apresentamos a esta Assembleia, em solidariedade para com as crianças e famílias uma moção.” Terminou o Deputado.-----

A moção apresentada, intitulada “O Superior interesse da criança!” foi posteriormente lida e colocada a votação. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Deputado *Manuel Olaio*, porta-voz do grupo parlamentar Unidos por Macedo que afirmou ir fazer uma intervenção de improviso, “não por desinteresse mas por algum desânimo e desalento com as coisas que se vão passando”, afirmando ter gostado da intervenção sobre o comércio local,



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

assunto que conhece, mas ficou esmagado com a alusão a Barcelona. Após a observação e tendo estado no Azibo, num evento que contou com a presença de altas individualidades, nomeadamente o Presidente do Turismo do Porto e Norte e do Turismo de Portugal, considerou que este foi um dos piores anos de turismo no Azibo, onde viu “trilhos que não foram limpos, a estrada que liga Podence a Arrifana está a ser limpa agora, mas de uma maneira que parece do século passado. Eu vi os trabalhadores a comer sentados no chão, numa valeta, na hora de almoço”, situação que não dignifica os trabalhadores que fizeram um trabalho que ninguém quis fazer. “Os turistas vieram, os emigrantes também, e viram uma bandalheira, com os carros a cortarem as estevas para não invadir o alcatrão. Coisas de Lusus”. Referiu passando a contar que teve uma consulta adiada motivada pela greve dos médicos questionando o Sr. Presidente da Câmara quanto à sua posição “ou do lado dos seus colegas médicos ou dos seus camaradas socialistas e com o Governo?”-----

Usou da palavra a Deputada *Beatriz Justo Pereira*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS, para no âmbito do dia mundial sem carros, evento que acontece anualmente a 22 de setembro, cujo objetivo é a promoção da consciência sobre os problemas causados pelo uso excessivo de veículos, incentivando as pessoas a adotar alternativas mais sustentáveis, proferir ser a “ideia por trás do Dia Mundial Sem Carros abordar sobretudo a questão da poluição do ar e do uso excessivo de combustíveis fósseis, bem como o impacto negativo do transporte motorizado no meio ambiente.” Assim, “ao reservar um dia do ano para a promoção de modos de transporte mais ecológicos e saudáveis, a iniciativa procura estimular a reflexão sobre como as escolhas individuais de mobilidade afetam a qualidade de vida nas cidades e no planeta”. A Deputada considerou ser importante “estimular as pessoas a deixarem os seus carros em casa, e isso pode incluir a restrição temporária ou definitiva de certas áreas da nossa cidade para veículos motorizados” e ser este dia uma oportunidade “para discutir políticas de mobilidade urbana mais sustentáveis”. Dentro deste propósito, a Deputada sublinhou, positivamente, a iniciativa da Câmara Municipal ao retirar, de forma permanente, “os veículos da Rua Almeida Pessanha, um polo central e histórico da nossa cidade que facilmente se articula com o excelente parque de Lazer, que é já uma marca de excelência ambiental da cidade de Macedo de Cavaleiros”. A Deputada concluiu a sua intervenção com a ideia de que “libertar as pequenas e estreitas ruas da cidade para os cidadãos deve ser um imperativo social e ambiental das políticas de mobilidade do nosso município gerando, desse modo, uma melhor qualidade de vida e um índice de segurança muito



Handwritten signature and initials in blue ink.

mais elevado para as nossas populações". Para terminar a Deputada deixou uma questão ao Executivo quanto às pós-graduações da Escola de Negócios -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Deputado *David Martins*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PSD que iniciou a sua intervenção com as boas vindas à Vereadora *Susana Viana* ao Executivo, acrescentando que é "sempre bom aparecer sangue novo que possa dar alguma alento e alterar o rumo do Concelho, tirá-lo deste estado amorfo e de quase coma em que se encontra", desejando-lhe muita sorte pois, pelo "histórico dos Vereadores, adivinho que vai necessitar dela". Proferiu, passando a dirigir-se ao Sr. Presidente da Câmara, endereçando-lhe os parabéns pois esta deve ser a Câmara a nível nacional com mais Vereadores perdidos em menos tempo, mais precisamente "37,6 % em seis anos. Três Vereadores em seis anos e ainda faltam dois anos para terminar o mandato. Será que vamos atingir os 50%? Já só falta um. Quem será o próximo?" Inquiriu, mencionando que uns querem voar mais alto, "outros não se entendem consigo, afirmando falta de lealdade. A verdade é que só há um elo comum: O Sr. Presidente e o Sr. Vice-presidente. Com a desculpa de não prender ninguém entre os quadros do PS, o Sr. Presidente vai escapando entre os pingos da chuva mas não será o responsável da equipa pela saída de tantos quadros competentes? Se fizermos bem as contas andam à volta de 30 funcionários. Acha isso normal? Em seis anos dá uma média de cinco funcionários por ano. Pessoas que formamos e agora vão trabalhar para outras autarquias, algumas a ganhar menos porque têm deslocações, dando-se ao trabalho de sair do conforto da sua terra para ir trabalhar a quilómetros. Não lhe parece estranho? Nunca se questionou sobre esse assunto? Quanto à saída do Dr. *Paulo Rogão* e sendo ele o responsável por responder às minhas questões, como faço agora? A quem tenho agora que fazer as minhas perguntas? Foram necessários três meses para compreender a expressão do Dr. *Paulo Rogão* "não nos regemos pela mesma bitola". Agora entendo. Uns lutam pela terra e pelas pessoas que acreditaram e votaram nelas, outros é mais umbigos, sem lealdade política e na primeira oportunidade batem asas para outros voos." Terminou. -----

A palavra foi passada à Deputada *Daniela Rebelo*, membro eleito pelo grupo parlamentar do CDS-PP que adiantou trazer para a discussão dois temas importantes. O primeiro relacionado com o atraso no início das aulas, para quatro anos letivos, passando a frisar um aspeto que deixou a bancada do CDS-PP bastante consternada, que se prende com o facto de ter verificado que a reunião de



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

planeamento da terceira fase da obra só ocorreu no dia 27 de junho. Assim, e sendo do conhecimento geral que o final do ano letivo aconteceu no final de junho, e sendo a empresa a mesma que realizou a segunda fase surgiu a dúvida quanto ao planeamento ter acontecido tão em cima para questionar se este tivesse acontecido antes os materiais em falta, que revelaram ser um dos motivos do atraso, teriam sido entregues atempadamente referindo, a título de senso comum, que a maioria das obras, sofrem atrasos quer por um planeamento insuficiente, quer por imprevistos suscitados por terceiros intervenientes. "Por fim, este cenário não ter sido precavido, apenas no caso de não cumprimos o calendário, se não poderíamos ter aqui um plano físico, uma vez que já contamos com duas semanas de atraso em idades tão tenras, e que possivelmente a não serem compensadas, estas 180 horas poderão impactar na rotina familiar ou na rotina das atividades destes jovens". Partilhou a Deputada, manifestando a sua preocupação e a sua consternação com esta situação. De seguida a Deputada referiu-se a uma preocupação que "é antiga e continuada, pois continuamos a deparar-nos com algumas modalidades desportivas que parecem continuar a ser consideradas de segunda prioridade, independentemente da representatividade e do sucesso que têm vindo a conquistar em nome de Macedo." Assim e com a intenção de sensibilizar para a equidade de todas as modalidades, a Deputada falou do "reconhecimento da modalidade de basquetebol. Pois os pais e os responsáveis pela modalidade estão gratos e reconhecem o contributo do município no que respeita ao transporte para deslocações. Também reconhecemos e agradecemos o esforço e o contributo da junta de freguesia que, à escala do seu orçamento, tem sido impactante positivamente na modalidade. Contudo, não compreendemos, porque esta modalidade com tantos jovens atletas federados, que nos últimos anos já representaram Macedo de Cavaleiros no campeonato regional, na Taça Nacional e na seleção distrital, entre outros, não tem possibilidade de treinar no pavilhão municipal, requalificado inclusive, com fundos do Ministério da Educação. Ora a modalidade de basquetebol é uma modalidade também de formação dos nossos jovens e é triste que nem a secção que recebe equipas externas para jogar no pavilhão possa treinar no próprio pavilhão. Estes jovens têm provado valor, mérito, conquistas com as melhores condições e esforços que os treinadores e dirigentes têm conseguido. Mas merecem mais como qualquer atleta de outra modalidade praticada nesta cidade." E sendo esta uma modalidade que mostra grande adesão e que "está a recuperar o fôlego" a Deputada solicitou, em nome do CDS, que seja dado "o nosso melhor esforço" à modalidade e aos atletas. -----



Cij
celo
X2

Usou da palavra o Deputado *António Gomes*, membro do grupo parlamentar do PS para, em nome da sua freguesia, agradecer à Câmara Municipal pela forma como está a tratar a doença do cancro do castanheiro aludindo a satisfação dos seus conterrâneos e ao bom trabalho prestado aos agricultores. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Carlos Rodrigues*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PSD. Após os cumprimentos habituais, o Deputado endereçou um cumprimento especial à Rádio Onda Livre pelo excelente trabalho em prol da democracia e passou a relatar o recebimento de um *e-mail*, "julgo que quarta-feira, por volta das onze e meia, a convidar-me para um evento do partido Socialista. Não teria qualquer problema se eu conhecesse o remetente ou conseguisse perceber de que forma foi obtido o meu *e-mail*. Posteriormente, em conversa com outros companheiros, percebi que, afinal, não veio só para mim. Este *e-mail* foi para todos os Deputados, para os senhor Presidentes de Junta, para funcionários da câmara, inclusivamente até solicitava que se divulgasse". Este correio eletrónico deixou-o incrédulo porque acredita que a câmara se regerá pela lei e seguirá o Regulamento Geral da Proteção de Dados –RGPD. "A câmara gere os dados de milhares de macedenses, neste caso de centenas de Deputados, Presidentes de Junta, membros eleitos, tem acesso aos contactos e moradas, aos *Iban's*, aos números de contribuinte, digamos que a pessoa se lembrava de me inscrever num casino *online* com o número de contribuinte e selecionar a opção de débito direto na conta? Acho que isto é grave Senhor Presidente, é um crime e uma violação descarada daquilo que é a proteção de dados e daquilo que a lei prevê no RGPD e é preciso apurar responsabilidades. Não sei de quem serão, mas uma coisa tenho por certo, esta base de dados tinha que estar na posse do município e sendo o senhor Presidente da Câmara o último responsável por aquilo que o município faz, e pelo que os seus funcionários fazem, coloco duas questões: Como é que o senhor explica que em horário de trabalho estejam a ser mandados *e-mails*, assinadas por funcionários do município, a convidar para um evento político, um movimento partidário a partir de uma base de dados que devia estar em segurança e ser usada apenas para os fins a que se destina? Depois dessas responsabilidades serem apuradas qual é a posição em que o Senhor Presidente fica, enquanto parte interessada, porque além de Presidente da Câmara é também Presidente da Concelhia do PS. Ou seja, na qualidade de Presidente do PS de Macedo de Cavaleiros como vê que uma militante do seu partido se aproveite da função que exerce na Câmara para aceder à base de dados ilegalmente e convidar pessoas para fins políticos? Enquanto Presidente da Câmara, que responsabilidade



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

pensa assumir?” Questionou o Deputado.-----

Usou da palavra o Deputado *João Pedro Fragoso*, membro eleito pelo grupo parlamentar Unidos por Macedo que não sendo “muito frequente nas Assembleias Municipais” quando “aqui venho o assunto são escolas que fecham, como Podence, ou que não abrem, como o Polo II e Senhor Presidente, precisava de confiança. Sou pai de 3 filhos pequeninos, e não sei com o que contar amanhã. Pode tocar-me a mim, uma situação semelhante de uma escola que fecha ou uma escola que não abre.” Manifestou o Deputado passando, de seguida a referir os semáforos existentes nas avenidas *Dr. Urze Pires* e *Dom Nuno Álvares Pereira* dando conta de que existem constrangimentos nestas artérias e que o trânsito não flui, questionando se “estão a testar alguma maneira nova ou se pensam que o trânsito flui melhor desta forma”. -----

A palavra foi passada à Deputada *Patrícia Cordeiro*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PS que deu nota que vai retomar uma iniciativa, que ficou por concluir numa outra sessão da Assembleia tendo proposto, a criação de uma Comissão Municipal de Património, Cultural e Turismo. “É isso que venho aqui apresentar hoje mas de forma correta e escrita”, passando, de seguida, a ler a proposta alegando que “Ainda hoje, nas intervenções que aqui acabamos de ouvir, dá para perceber a importância que têm estes temas para o nosso território. Assim, e considerando que: O concelho de Macedo de Cavaleiros é detentor de três selos atribuídos pela UNESCO, que reconhecem o valor extraordinário do nosso património cultural e natural; Que o território em toda a sua extensão é detentor de valores culturais, biológicos, históricos e etnográficos e naturais que se constituem hoje em fundamentais recursos de dinamização socioeconómica; Que o turismo constitui um dos vetores de desenvolvimento e dinamismo económico do concelho e que articulado com os valores culturais e naturais, pode ser potenciador de oportunidades para o desenvolvimento sustentável; Considerando também a necessidade de uma gestão integrada do património cultural e natural e pelo já referido, o reconhecimento público e internacional destes valores, o crescente interesse e discussão pública destes temas e que a imagem externa do município, como sabemos, é hoje, sobretudo voltada para estes valores, e pelos projetos que com ele se relacionam propõe-se, então, a criação desta Comissão Municipal do Património, Cultural e Turismo que reúne a representatividade, à semelhança das demais comissões, de todos os partidos ou grupos parlamentares com assento na Assembleia Municipal. Caso seja aprovado esta proposta requeria, também, que em Assembleia Municipal futura se constituísse,



Cij
celo
12

considerando a possibilidade de integrar também representantes de entidades com papéis relevantes nestes temas, como sejam associações culturais e similares". Proferiu dando como finda a apresentação da sua proposta e entregando o documento à Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Deputada *Betina Gonçalves*, membro do grupo parlamentar do PSD. No uso da palavra a Deputada pretendeu colocar três questões ao Sr. Presidente da Câmara, que "gostaria de ver esclarecidas". A primeira relativa à substituição do soalho da igreja de Lamalonga, um compromisso de colaboração "assumido pelo Senhor Presidente na reunião de Assembleia Municipal em Carrapatas, e reforçada na reunião que tivemos no passado mês de Julho" questionando se a memória descritiva necessária para a execução da obra "foi ou não elaborada e entregue aos serviços da Direção Regional da Cultura? A segunda a propósito da requalificação do largo das Fragas em Lamalonga, "planeado e orçamentado para este ano, empreitada da Câmara Municipal", assunto abordado com o Senhor Vice-Presidente na reunião de maio, e novamente com o Senhor Presidente em Julho, e estamos praticamente no fim do ano, não temos a obra e ainda não vimos o projeto, qual o ponto de situação e o que pretende fazer a Câmara Municipal sobre esta empreitada?" A terceira questão diz respeito à "degradação da estrada nacional n.º 206, no troço entre Penhas Juntas e a Torre D. Chama, a propósito do qual a Deputada estar certa de que o senhor Presidente, "recebeu o manifesto das juntas de freguesia de Lamalonga, Torre Dona Chama, Vilarinho de Agrochão, Ervedosa, Agrochão e Penhas Juntas, tal como recebeu as Infraestruturas de Portugal de Lisboa e a delegação de Bragança. A Câmara Municipal de Bragança já se manifestou sobre esta temática. Gostaríamos de saber qual é a posição da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e o que pretende fazer sobre este tema". Por fim, a Deputada referiu faltarem dois orçamentos para o fim do mandato, que "certamente estão a ser planeados e organizados com a convenção que assumiu com todas as comunidades", esperando que o Executivo não se esqueça do "compromisso que tem com a população da Fornos de Ledra, em relação à estrada municipal, que é o único acesso que a aldeia tem". -----

Usou da palavra o Deputado Municipal *Jorge Pinto*, membro do grupo parlamentar do PS para, em primeiro lugar, parabenizar a Câmara Municipal pela prontidão do serviço da Proteção Civil na exterminação dos ninhos de vespa asiática, particularmente na sua freguesia, onde este ano, até ao momento, já foram reportados doze ninhos,



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

situação extremamente desagradável e preocupante para o setor agrícola e em particular para os apicultores, “porque a vespa asiática alimenta-se principalmente da abelha. “E quero agradecer a prontidão e fazer um apelo a todos os munícipes: Que reportem sempre que seja avistado um ninho de vespa asiática, porque esta intervenção é feita de forma gratuita pela Câmara Municipal”. De seguida, e face à tempestade de granizo que assolou a sua freguesia, em particular a aldeia de Sezulfes, no início do mês, que destruiu as colheitas de azeitona e vinha, questionou se já foram encetadas diligências e se os agricultores podem contar com algum apoio. De seguida o Deputado alertou para o facto de que as chuvas intensas que ocorrem durante o inverno, promovem o acumular de água nas bermas, situação constante já algumas décadas, que está relacionada com a inexistência de bermas nas estradas, “que não permite o escoamento da água e, principalmente na minha freguesia na reta de Sezulfes que dá acesso à freguesia de Ala, freguesias limítrofes e outros concelhos”, sugerindo uma atenção particular à situação para que a “segurança possa ser reforçada a nível das estradas, tanto na minha freguesia, como no restante município.” Por último o Deputado endereçou um convite para a nona edição das jornadas micológicas que acontecerão no dia 4 de novembro, em Vale Pradinhos, organizadas pela Associação Vale Pradinhos em colaboração com a Junta de Freguesia e, pela primeira vez, com a contribuição da Câmara Municipal. -----

Usou da palavra o Deputado *João Salsas*, membro do grupo parlamentar do PSD que deu “as boas-vindas à nova vereadora”, e, no seguimento da intervenção do “Senhor Presidente e meu vizinho de Sezulfes, relativamente às bermas das estradas e valetas” reforçar que “a manutenção das vias de comunicação deixa um pouco a desejar e apelo ao município que comece a pensar nisso”. Referiu, passando de imediato a “convidar toda a gente” para a festa que irá acontecer na Carrapatinha, com o objetivo de angariar fundos para as obras da capela. “É uma aldeia muito pequenina, não teria qualquer possibilidade de fazer as obras por si só. Portanto, espero que vocês amanhã compareçam porque há bons motivos. As obras estão feitas, é verdade. Normalmente, arranja-se primeiro o dinheiro e depois faz-se a obra. Nós fizemos ao contrário, fizemos obras e agora arranjamos o dinheiro.” Destacou.-----

Usou da palavra o Deputado *Miguel Caseiro*, membro do grupo parlamentar do PS para também ele publicitar o evento que irá acontecer na sua freguesia: a feira do azeite e do figo, que irá decorrer do dia 5 a 8 de outubro, e convidar os presentes. “Este ano com 4 dias teremos maior diversidade de atividades que passam pelo



Handwritten signature and initials

desporto, com a caminhada e com um *trail*, pela caça, pela agricultura com o seminário sobre a investigação na área e com alguns grupos musicais, neste caso, os *Galandum Galundaina*. “Mais uma feira no nosso concelho, sinal de que há bastante atividade” o que é “muito bom para todos os produtores que conseguem assim fazer algum negócio”. Argumentou o Deputado que agradeceu “ao município pelo apoio às aldeias, com verba e com apoio logístico.”-----

A palavra foi passada à Deputada *Maria José Moreno*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PSD que deu as boas-vindas à Vereadora *Susana Viana*, e desejou-lhe um bom mandato. De seguida referiu ter havido uma “grande polémica e celeuma devido à rua Almeida Pessanha” questionando o Sr. Presidente quanto à razão do que “fez da rua Almeida Pessanha” e se foram consultados os comerciantes ou a Associação Comercial. “Fizeram essa ponte com alguém? Quais os fundamentos que alegam para tal decisão e pergunto ainda, senhor Presidente, se essa decisão não tem de ir a reunião de câmara para ser aprovada, para ser debatida com os vereadores da oposição ou esta decisão foi uma decisão arbitrária, onde o que quero, posso e mando, está iminente sem a consulta de quem vos elegeu, que é o povo? É o povo que vos dá votos. É o povo que os mantém aqui. É ao povo a quem tem que dar satisfações, independentemente da fiscalização deste órgão.” Perante esta situação, que considera “preocupante, caso não tenha dado voz a quem o elegeu, o vosso Estado é um Estado absolutista e se assim é estamos numa ditadura do PS. O senhor, como edil desta comarca, tem que ouvir todos, tem que atender o público quando lhe bate à porta e ultimamente, o que eu tenho ouvido é que o Senhor Presidente não atende”. Proferiu. -----

Usou da palavra o Deputado *Ramiro Valadar*, membro do grupo parlamentar do PS para, também ele, convidar para as festas da aldeia de Morais. Dirigindo-se ao Deputado *José Madalena*, que manifestou não estar de acordo com o Deputado Rogério, com a sua intervenção a propósito da recém saída do Dr. *Paulo Rogão* do elenco Executivo, manifestar a sua discordância pois “quando saiu a senhora Vereadora *Helena* não tiveram essa coragem, e nesse mandato perderam 25% dos Vereadores.” Retorquiu salientado que enquanto Vereador o Dr. *Paulo Rogão* era mal visto em todo o lado e que não entende a mudança de opinião. De seguida convidou os presentes para as festas de Morais, a decorrer do dia 24 de setembro até ao dia 15 de outubro, “com um programa para todos os gostos. Podem ir qualquer dia, serão bem recebidos. Deixo aqui também uma reflexão para a cidade: deviam começar a



Assembleia Municipal – 4.^a Sessão Ordinária

convidar os presidentes da junta de Ala, do Lombo, de Morais, de Lamalonga, de Vale de Prados, e os restantes, e constituímos uma comissão para fazermos as festas da cidade de Macedo porque nós, as aldeias, somos capazes de fazer festas, sem estamos à espera do dinheiro do município, enquanto na cidade estão à espera de fazer festas com o dinheiro do município. Não querem é trabalhar. O Sr. Presidente da junta de Ala, disse aqui, e muito bem, que fizeram a obra e agora vão saber do dinheiro. Aqui na cidade estão sempre à espera de dinheiro para fazer festas. Trabalhem para fazer a festa.” Afirmou o Deputado. Quanto à situação relatada pelo Deputado *Carlos Rodrigues*, com “toda a razão, acho que o Senhor Presidente devia averiguar isso e outras coisas, como os funcionários da câmara que passam o dia no *facebook* e que utilizam o horário de trabalho para fazerem serviços particulares.” Rematou. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presente da Câmara Municipal** para responder às interpolações dos Deputados Municipais. -----

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, referiu o dinamismo da Assembleia e a quantidade de intervenções, passando, de imediato às respostas. Quanto à intervenção do Deputado *Rogério Pires*, a quem agradeceu o comentário positivo endereçado ao Vereador *Paulo Rogão*, que o próprio subscreve destacando o mérito e a competência que lhe foi reconhecida em que irá “continuar a defender os interesses do concelho, da Região e de toda a comunidade.” -----

Relativamente à intervenção do Deputado *José Madalena*, o edil identificou o desacordo existente, a propósito do qual considerou aplicar-se “a velha máxima do efeito malagueta”. Ao Deputado *Manuel Mico*, que aludiu ao atraso das obras no polo escolar frisou que as pessoas esquecem os períodos letivos se prolongam até quase ao final do mês de julho e começam antecipadamente e, recordando o tempo da sua infância, em que o ano letivo começava em janeiro, não tendo sido impedimento para adquirir competências, formação e educação, advertindo que não deverá ser colocada em xeque a ação do Agrupamento de Escolas, do município e das empresas envolvidas no processo, lembrando que noutros concelhos e “até na capital, há obras que são abandonadas pelas empresas. Felizmente nós ainda temos empresas para acabar as obras. Não nos esqueçamos também, que para executar determinadas obras, como é esta, houve transferência de verbas, para a educação, por opção do Executivo porque primeiro estão as crianças. Apesar da escassez de tempo, arriscamos na execução das obras necessárias para proporcionar às nossas crianças



Cij
celi

conforto, aquecimento no inverno, ar condicionado no verão, não ruídos, cantinas e casas de banho em condições. Condições que os pais nos pedem. Eu gostava de saber onde é que estavam os pais quando o dinheiro das escolas foi transferido para o pavilhão municipal. Vocês esquecem-se disso, mas eu não e sei quem o fez. Não fomos nós, que ainda tivemos fortes dissabores. Fomos, inclusive, ameaçados com a queda dos projetos, precisamente por não termos aceitado parar as obras no pavilhão. Portanto, houve aqui fortes dissabores. Não se esqueçam. As nossas opções estão a ser corretas.” Reiterou o edil, solicitando a intervenção da Vereadora *Sónia Salomé* para esclarecer todo o processo. -----

Usou da palavra a Sr.^a Vereadora *Sónia Salomé* para na sequência da intervenção do Senhor Presidente esclarecer que a obra “foi uma opção deste executivo, que está empenhado em fazer os trabalhos necessários nos equipamentos de educação. Assim e por força da transferência de competências, recebemos, para além de polo I que já era da responsabilidade do município, todos os outros edifícios, concretamente o polo II e III, antiga preparatória e a escola secundária de Macedo de Cavaleiros. É do conhecimento de todos, particularmente dos pais, o estado em que aqueles edifícios se encontravam”. A propósito do planeamento das obras, reiteradamente apontado na sessão, a Vereadora referiu que este foi feito atempadamente pelo município, e que esta intervenção foi planeada depois do que aconteceu com o Pavilhão Municipal, tendo-lhes sido permitido submeter “uma nova candidatura e, à data, em 2019, só tínhamos o valor inicial de cerca de seiscentos mil euros (600.000 €). Depois de várias opções do município alocamos todas as verbas por três fases consecutivas e estamos a falar inicialmente de uma verba de 600.000 euros, o reminiscente das obras no pavilhão, sendo que o pavilhão nem era elegível para a intervenção. De seguida alocamos cerca de quinhentos mil euros (500.000 €), mais seiscentos e quarenta mil euros (640.000 €), e mais quatrocentos mil euros (400.000 €). Valores que totalizam cerca de dois milhões e duzentos mil euros (2.200.000 €) que deviam ter sido alocados à data da primeira negociação do anterior quadro, que agora está a terminar, sendo este o valor aproximado do que estava inicialmente previsto e não foi concretizado. Efetivamente, houve uma reunião de planeamento a 27 de junho, já com a obra adjudicada desde 25 de maio.” Contextualizou a Vereadora, passando, de seguida a referir as condicionantes para o início de obra: ter o plano de segurança concluído e o ano letivo ter terminado. Assim, a reunião de 27 de junho serviu para apresentar o plano e o cronograma de obra, com data prevista de termo a 15 de setembro, situação articulada, desde o primeiro momento com “ o senhor diretor, a



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

tutela, os serviços municipais e a empresa. Mas foi executada obra, que cumpriu prazos e da qual ninguém fala.” Adiantou a Vereadora. Quanto às obras ainda em curso no polo I, “este atraso inicialmente não estava previsto, só ocorreu numa das fases da obra, porque na outra foi concluída e a empresa concluiu dentro do prazo. Paralelamente a isto tudo, não se esqueçam que as aulas do Polo II só terminaram a 30 de julho, local onde o primeiro ciclo tem aulas, infelizmente, que é um dos motivos que nos leva a efetuar investimento nas escolas para que de uma vez por todas, resolvermos um problema, já com alguns anos, com o primeiro ciclo dividido e a funcionar em dois pontos opostos da cidade. Situação que provoca constrangimentos enormes, quer ao nível pedagógico, quer ao nível dos serviços municipais na operacionalização das respostas aos pais e aos alunos, e que representam encargos elevados para o município, com a existência de alguns serviços duplicados, e é nesse sentido que estas obras também acontecem, e que sempre que possível o Executivo lhe imputa verba”. Além das questões referidas, a vereadora enunciou o mês de agosto, mês em que as empresas param, atrasando a entrega de materiais. Mas, mesmo com os constrangimentos referidos “conseguimos, fechar as obras para o Polo III que só se puderam iniciar após o término dos exames nacionais pois é “ condição do próprio ministério, que não há barulho nas escolas enquanto há aulas e exames”. -- Para terminar a Vereadora reiterou que o processo foi gerido e articulado meticolosamente, “não tendo havido falta de planeamento, nem falta de responsabilidade. Foi conscientes das condições existentes que decidimos fazer obra. Tínhamos no polo II casas de banho com sanitas obsoletas, sem casas de banho para mobilidade reduzida, metade das salas não tinham aquecimento, a cozinha estava fechada e implicava receber refeições do polo II, que implicava vários constrangimentos, sendo difícil calcular o número de refeições. Assim, pelos motivos enunciados, quando tivemos de tomar a decisão, decidimos arrancar com as obras, porque as condições existentes falaram mais alto do que a possibilidade de ultrapassar o prazo da obra. Como já referido, o atraso não estava previsto no cronograma de obra e conseguiu-se terminar as obras no polo III em tempo útil. A decisão de não abrir esta semana foi uma decisão totalmente minha, porque apesar de estavam reunidas as condições mínimas de saúde e segurança considereei que a questão da limpeza não estava assegurada e a chuva dos últimos dias atrasaram os trabalhos exteriores e comprometeram a segurança exterior”. Rematou a Vereadora.--- De seguida, a Vereadora deu nota que no decorrer do processo esteve sempre acautelada a questão dos 180 dias de aulas, previsto no calendário escolar, em articulação com o agrupamento, com a DGEstE- Direção-Geral dos Estabelecimentos



Cij
celi
Xe

Escolares e com a tutela e que a maior parte das escolas, a nível nacional, têm obras em curso, deixando claro que “ou fazíamos a obra ou perdíamos o dinheiro” e que perante o estado dos edifícios a opção “foi fazer as obras”. Disse a Vereadora reiterando que são obras “ao retalho”, e que o ideal teria sido a verba ter sido alocada à obra na época, quando não havia o problema de subida de preços. -----

Quanto à possibilidade das crianças terem iniciado as aulas noutra edifício, a Vereadora referiu não ser possível. “São cerca de quatrocentos alunos, seriam necessárias vinte salas e salas específicas para o quinto e o sexto ano, refeitório e cozinha, e não somos nós que decidimos abrir aqui ou ali. Há regras definidas pela tutela.” Relativamente à oferta encontrada para o período de prorrogação do início do ano letivo, a Vereadora considerou ter sido “tardamente divulgada” por força de constrangimentos quer quanto aos locais para acolher as crianças, quer quanto à disponibilidade de recursos humanos. -----

Para terminar Vereadora lamentou que algumas pessoas com responsabilidade no futuro do concelho, não consigam ter uma visão mais abrangente, “porque isto é uma questão de futuro, do futuro das nossas crianças, para terem melhores condições,” e agradeceu ao agrupamento de escolas, na pessoa do senhor Diretor, que tem sido incansável e totalmente cooperante, tal como a “Associação de Pais que percebeu o motivo deste atraso, que esteve sempre a par da situação e disponível para encontrar uma solução. Um agradecimento aos colaboradores do município quer aos chefes de divisão, quer à fiscalização e aos engenheiros que acompanham a obra que foram incansáveis e que, nos últimos dias, para a empresa trabalhar dia e noite e fins-de-semana, não pararam. Um agradecimento especial para os outros colaboradores que estão a trabalhar no agrupamento de escolas, que estão esgotadas porque tem sido uma tarefa árdua.” Rematou a Vereadora. -----

Retomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que agradeceu o “esclarecimento cabal” da Vereadora *Sónia Salomé* que não deixou dúvidas de que “em primeiro lugar as nossas crianças e não será por nove dias de aulas que nós vamos sacrificar as nossas crianças a um inverno difícil. Eu corroboro: primeiro as crianças, portanto, tudo isto é pelas crianças”. Disse o edil, acrescentando que a questão colocada pelo Deputado *Cláudio Trovisco* foi respondida e não “andamos a atrasar a vida dos nossos filhos, estamos a dar-lhes condições para terem uma boa formação, em conforto e sem dramatismos. Quanto à autoria das obras e dos onze milhões que ficaram agendados e sinalizados, “aviso que vêm aí mais do que esses onze milhões de euros. Já estão negociados e vamos deixá-los para quem ganhar as próximas



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

eleições. A autoria é nossa e não nos esquecemos dos oito milhões que acrescentámos aos onze milhões.” Proferiu o Sr. Presidente da Câmara. -----

À intervenção do Deputado *Manuel Olaio*, a quem parabenizou pelo imprevisto, que deixou a todos bem-dispostos, relativamente aos trilhos da Albufeira do Azibo, o autarca disse ter algumas referências, nomeadamente cartas enviadas por utentes deste espaço, da zona de Ermesinde e Valongo endereçando cumprimentos pelo excelente trabalho feito, acrescentando que as “estradas de que fala e essas bermas, são da responsabilidade das Estradas de Portugal, portanto, nós não temos nada a ver com essas intervenções nem com as condições dos trabalhadores.” -----

Quanto à solidariedade “com os meus colegas, obviamente que eu desejo que eles consigam ter melhores condições de trabalho. Aqueles que se dedicam em exclusividade à causa pública merecem toda a nossa consideração e a dos governos, por isso é que eles se mantêm em luta. Se me pergunta se eu faria greve repondo-lhe que faria greve, mas não deixava de trabalhar. Mantinha-me a trabalhar fazendo greve. Nunca deixaria os doentes sem assistência e cheguei a levar doentes ao bloco quando havia assistentes operacionais em greve que se recusaram a levar os doentes para o bloco. Hoje faria exatamente o mesmo porque a minha conduta não muda, mas estou solidário porque todos nós merecemos condições de trabalho.”-----

A propósito da intervenção da Deputada *Beatriz Pereira*, o Sr. Presidente manifestou o orgulho que sente quando os jovens intervêm considerando que a jovem fez “uma intervenção muito sóbria e oportuna”, agradecendo a oportunidade, a qualidade da mesma e o chamado de atenção para a sustentabilidade ambiental e a polémica relativa à rua Almeida Pessanha que é, há 20 anos, uma rua pedonal, tratando-se de “uma não questão levantada pela Deputada *Maria José Moreno*. Pergunto aqui quantas pessoas é que já tiveram que se afastar por risco de atropelamento naquela rua? A ideia é manter a dificuldade de acesso a veículos e a situação de cargas e descargas está assegurada e a sinalética colocada, porque também sabemos corrigir, quando não é exequível, mas nunca houve impedimento de cargas e descargas.”-----

Relativamente à intervenção da Deputada *Daniela Rebelo*, questão já respondida, o edil acrescentou que em tão escasso tempo, é necessário reconhecer e agradecer à empresa “por não ter fugido e por dá-la por terminada”, reiterando: “são nove dias perdidos para ganhar todo um conforto nos próximos tempos. Como referiu a Sr.ª Vereadora, em quatro fases, num período de quatro anos, conseguimos oferecer às nossas crianças as melhores instalações em Portugal. Focamo-nos e dirigimos o investimento todo para a educação. Para nós é importantíssimo educar as nossas crianças, dar-lhes ferramentas para um futuro risonho. Relativamente às modalidades



Cj
celo

desportivas, não consigo aceitar críticas em relação ao desporto porque duvido que tenha havido um executivo, nos últimos 30 anos, que tenha sido tão amigo do desporto como este. Gostava que o Senhor Vice-presidente chegasse aqui e dissesse quantos autocarros funcionam por fim de semana, para vocês terem noção do investimento brutal que fazemos em horas extraordinárias. Mas não é só o transporte, é também o investimento nas próprias modalidades. Ficamos felizes por termos basquetebol e se quiserem constituir uma equipa de rugby, apoio, porque temos uma oportunidade única de nos mostrarmos e de termos as nossas crianças a praticar desporto. Tenho o meu Vice-presidente a dar-me cabo da cabeça, várias vezes, porque eu defendo a cultura, e diz ele, que desporto é cultura, e tem razão. Relativamente ao entusiasmo que vocês estão a ter com essa modalidade, por favor, continuem. O Concelho agradece e o Executivo também. Nós gostamos de desporto, as crianças gostam de desporto e o desporto é saúde. Não me esqueço que, noutros tempos, suspenderam-se atividades por falta de subsídios e nós não queremos que isso aconteça, portanto, vamos continuar a apostar". Frisou o edil. -----

Quanto à intervenção do senhor *António Gomes*, o autarca agradeceu, "porque nós também gostamos de ouvir alguns elogios", acrescentando que o Executivo irá continuar a apostar no tratamento do cancro do castanheiro e que está previsto, neste domínio, um investimento superior a duzentos mil euros (200.000 €). "Também aí somos um exemplo. Estamos sensíveis à questão e a trabalhar juntamente com os agricultores." -----

Relativamente à intervenção "extremamente política, como já nos habituou, do Deputado *Carlos Rodrigues* dizer que desconheço do que está a falar, mas como disse, e muito bem, vou indagar e tentar saber o que se passou. Eu sei que vai decorrer uma ação cujo tema é a violência doméstica que eu aplaudi, que é das mulheres socialistas, um órgão completamente independente da concelhia que eu presido, por isso, não posso ter qualquer responsabilidade mas se envolve os serviços municipais, eu irei saber o que se passou." Ao Deputado *Ramiro Valadar*, que alertou para o que os funcionários da autarquia fazem durante o horário de trabalho, o edil reconheceu que "é verdade e nós temos consciência" mas que é um facto que não sendo exclusivo deste município, é comum a "todas as instituições públicas e estamos atentos". Afirmou o edil passando a relatar uma situação gravíssima provada, "em que percebemos que foi um deslize, posso dizer-vos que foi uma informação que passou para o PSD e esteve em causa a proteção de dados. Nós acalmamos a situação, a pessoa em causa ficou agradecida, disse que não voltaria a acontecer, e não aconteceu. Mas é assim que nós vemos as coisas, pode acontecer um dia um deslize,



Assembleia Municipal – 4.^a Sessão Ordinária

mas não é a primeira que eu julgo, mas vamos investigar.” Proferiu o Sr. Presidente da Câmara. -----

À questão colocada pelo Deputado *João Pedro Fragoso*, a propósito dos semáforos, o edil informou ter-se tratado de uma avaria, já reportada à entidade responsável e que o município irá tratar de reparar. -----

A propósito da intervenção da Deputada *Patrícia Cordeiro*, que propôs a criação de uma Comissão de Cultura e Turismo, o Sr. Presidente considerou ser “de todo pertinente. Estamos a falar de um dos pelouros que está sobre a minha gestão e esta proposta é muito importante.” -----

Quando a intervenção da Deputada *Betina Gonçalves*, que classificou de “muito reivindicativa”, alertou, no entanto, que não será motivo para “passar à frente das outras freguesias. Todas as freguesias são iguais e vão ser tratadas da mesma forma.”, Retorquiu, informando a propósito da igreja de Lamalonga, que a Arquiteta Sandra Abrunhosa redigiu informação para a Direção Regional de Cultura do Norte. Relativamente à questão do soalho da igreja de Lamalonga, adiantou que a Câmara só poderá colaborar, não estando nos propósitos dos municípios intervir em igrejas que são propriedade da sede episcopal. A propósito da estrada nacional 206, o autarca manifestou ter recebido a queixa mencionada, estar alinhado com o seu homologado de Vinhais, estando a questão que envolve o concelho de Macedo de Cavaleiros e Vinhais devidamente acautelada e que irão ser tomadas providências junto das entidades responsáveis. -----

Ao Deputado *Jorge Pinto*, o Sr. Presidente agradeceu o reconhecimento pelo trabalho do serviço de proteção Civil e adiantou ter um documento que refere mais de 120 ninhos de vespa que foram anulados, referindo a gratuidade do serviço prestado pelo município, quando noutros municípios é um serviço cobrado, chamando a atenção para o investimento indireto que o município faz nas populações. Relativamente às intempéries, “nós tivemos a nossa ação junto do Ministério da Agricultura”, adiantando ter sido o primeiro Presidente a pedir à CIM-TTM-Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes uma reunião, porque achei que seria a entidade que tinha de assumir a condução destes trabalhos junto do Ministério da Agricultura, porque em conjunto temos mais força. A reunião decorreu na semana passada e foi-nos dito que a senhora Ministra iria ter o cuidado de vir ao terreno verificar o que se tinha passado. Foi feito um levantamento dos estragos pelo EDRU e pela Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte, que concluiu que quase 60% da cultura de olival ficou afetada nalgumas regiões, nomeadamente em Sezulfe e Ala.” Referiu o edil, deixando um agradecimento ao Deputado pela pronta intervenção que tiveram na Carrapatinha,



Handwritten signature and initials in blue ink.

e noutras situações, nomeadamente na queda de muros de suporte, com intervenções rápidas. “Os nossos serviços também estiveram presentes. Eu próprio estive lá no dia seguinte. Aproveitei para fazer a minha presença junto dos vossos eventos e para verificar o excelente trabalho.” A propósito das jornadas micológicas, que irão decorrer em Vale de Pradinhos, o Sr. Presidente não podendo estar deixou a certeza de que será um sucesso, que conta com o empenho do município e que será um acontecimento à escala nacional. -----

Ainda no contexto da intervenção do Deputado *João Salsas*, o autarca manifestou que terá dificuldades em ir à Carrapatinha porque gostaria de estar na festa das vindimas em Talhas. “Não estando eu, estará um Vereador porque somos solidários com este tipo de iniciativas que são um bom exemplo”. Acrescentou. -----

Em jeito de resposta à intervenção do Deputado *Miguel Caseiro*, o Sr. Presidente da Câmara destacou o dinamismo impar da sua freguesia e referiu-se ao evento, que é já uma marca e também uma festa, com um programa muito aliciante, que é apoiado pelo município, à semelhança de todos os eventos e todas as freguesias. -----

Quanto à polémica da Rua Almeida Pessanha, já explicada, o Sr. Presidente deixou uma nota à Deputada *Maria José Moreno*. Assim, reconhecendo o dever de auscultar os comerciantes e a população, trabalho que foi efetuado estando a maioria de acordo, o autarca mencionou que em caso de “atropelamento ou acidente quem vai a tribunal não são os comerciantes, sou eu. Temos que ter essa responsabilidade, primeiro a segurança das pessoas e depois, obviamente, a preocupação com a sobrevivência do comércio. Neste caso, houve uma iniciativa no sentido de criar segurança o mais rapidamente possível.” -----

Ao Deputado *Ramiro Valadar*, “como sempre muito cáustico, que fala de improviso, diz o que lhe vai na alma”, o edil adiantou que pode ter a certeza de que “em quinze dias de festa”, estará presente nalguns. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** abriu o segundo período de intervenções. Inscreveram-se os Deputados Municipais *José Madalena, Carlos Rodrigues, Cláudio Trovisco, David Martins, Maria Adelaide Carvalho, Manuel Olaio, João Fragoso, Maria José Moreno, Manuel Mico, Duarte Dias e Ramiro Valadar*. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Deputado *José Madalena* para manifestar “que quando um vereador entra em divergência com o chefe da equipa, com o Senhor Presidente Câmara e por esse motivo, se quebra a confiança entre ele e a equipa, situação que aconteceu com o ex-Vereador *Pedro Mascarenhas* e com a Ex-Vereadora *Elsa Escobar*, que entraram em rutura com o Presidente e foram-se



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

embora. Presumo que foi exatamente isso que terá acontecido com a Vereadora *Helena Magalhães à data*”, retorquiu a propósito da intervenção do Deputado *Ramiro Valadar*. Quanto ao “efeito malagueta” o Deputado manifestou não poder aceitar que o “Senhor Presidente da Câmara, num laivo de má educação”, se refira à sua intervenção, que manifestou uma posição pessoal, partilhada pela grande maioria da bancada do PSD, referindo-se à sua intervenção com o efeito malagueta, convidando o edil a clarificar o que quis dizer com a expressão. De seguida o Deputado destacou a dinâmica das aldeias do concelho, com iniciativa numa sã concorrência “em que cada um tenta mostrar serviço e organizar eventos de qualidade”. Proferiu, recordando que o grupo parlamentar do PSD apresentou uma proposta ao Executivo, na última proposta de orçamento, que visava apoiar as freguesias no sentido de a Câmara adquirir um pavilhão desmontável, que serviria as diferentes freguesias, num esquema de rotatividade, desonerando as freguesias do custo elevado relativo ao aluguer dos pavilhões. -----

Usou da palavra o Deputado *Manuel Mico* para lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que não respondeu à sua questão a propósito da situação financeira da câmara, reforçando o seu interesse em ser esclarecido,” tal como os macedenses.” ----

Usou da palavra o Deputado *Cláudio Trovisco* para clarificar que o “único risco aceitável para com a criança, é o risco de não conseguir está presente para a criar e educar e, tudo o resto, não são palavras que se coadunem. “Não questionamos a obra. A obra é essencial, tal como era essencial, ou poderá ser considerado essencial, a obra que foi feita no pavilhão, uma vez que desporto é cultura e saúde. O que questionamos foi o facto de não ter sido acautelado um plano de contingência que permitisse às crianças iniciar o ano letivo noutro local se, tal como afirmou a Vereadora, não é possível, bastava informar atempadamente a comunidade, para que os pais pudessem acautelar medidas que permitissem organizar as suas vidas e as das suas crianças.” Destacou referindo que o motivo que o levou a intervir foi o não cumprimento de prazos e não o facto de se estar a fazer obra. “Obra que o PSD apoia e afirma como essencial no supremo interesse das crianças.” Referiu o Deputado que intencionou apresentar a moção da bancada do PSD intitulada “ o superior interesse da criança.”-----

O Deputado passou a ler a moção que se transcreve: “Estamos todos de acordo que as obras que decorrem no polo 2, no agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros, são uma mais-valia para toda a comunidade escolar, nomeadamente para



Luís
cel
jr

as nossas crianças. Sabemos que este espaço escolar tem vindo a sofrer melhorias de grande monta, a vários níveis. Como sabemos também, que tem sido pedida recorrente e sucessivamente a prorrogação dos prazos de entrega das obras em Macedo. São exemplo disso os adiamentos de prazo nas obras do Parque da Cidade, na intervenção do bairro de São Francisco, no Mercado, etc. Pelo que seria de prever que também a obra de melhoria no polo 2 deste agrupamento, sofresse um atraso na sua conclusão, adiando assim o início do ano letivo. -----

Não se compreende que não se tivesse acautelado um plano alternativo, que desse resposta atempada, organizada e acautelada, para as turmas do terceiro, quarto e quinto ano de escolaridade e suas famílias. Porque contrariamente ao que se possa levianamente pensar, não são apenas mais uns dias em casa, mas sim centenas de crianças cujo percurso escolar tem sido recheado de dificuldades imprevisto a nível social, emocional e de aprendizagem, para logo de seguida serem sujeitos a um ano conturbado por greves e manifestações. -----

E este ano, quando finalmente se perspectivava um ano escolar tranquilo, começam com um atraso de semanas que se pode traduzir na não realização de algumas aprendizagens no tempo previsto e num acréscimo de pressão para as nossas crianças, que terão de estar sujeitas a planos de recuperação, aulas intensivas e sobrecarga horária, até porque parte delas terão que prestar provas de aferição no calendário nacional previsto e que não se compadece do atraso inicial das nossas crianças e das suas aulas. -----

Esta moção é, pois, sobre o superior interesse das crianças e pelo sacrifício que lhe pedimos, e às suas famílias, quando nada o fazia prever. -----

Como tal, o Partido Social Democrata apresenta, em sede de Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida a vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, juntamente com as bancadas do Unidos por Macedo e do CDS-PP, a sua solidariedade para com as famílias e as crianças afetadas. E propõe que conjuntamente com o Senhor diretor do Agrupamento de Escolas e com a Senhora Vereadora da Educação, a Comissão da Educação desta Assembleia possa reunir e deslocar-se ao estabelecimento educativo em causa e em conjunto, se possam aferir o decurso dos trabalhos, bem como as condições de segurança que serão proporcionadas às crianças no decurso do calendário letivo paralelamente ao decurso das obras, e que lhes seja dada a perceber, de que modo se irá processar a recuperação dos conteúdos em falta, uma vez que a data para o início do ano letivo já foi adiada por duas vezes e ainda é falível. Não sei a bancada do PS quer subscrever



Assembleia Municipal – 4.^a Sessão Ordinária

a moção”. Terminou o Deputado entregando a moção à Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Deputado *Manuel Olaio* que pediu ao Sr. Presidente da Câmara que não confundisse a sua leveza e alguma alegria, com ligeireza e com falta de responsabilidade. “Eu penso que a brincar se diz muita coisa séria e a minha postura é sempre essa em que brinco um bocadinho, mas procuro dizer as coisas com seriedade. E agora, quando o Senhor Dr. disse que mesmo em greve trabalhava, se fosse nos dias de hoje, teria o ministro das Finanças a falar consigo porque quanto mais o médico trabalha, mais despesa está a dar ao sistema nacional de saúde. Não quer isso, por isso é que há consultas, exames, e cirurgias que não se fazem, porque quanto mais o médico trabalhar, mais despesa dá. E depois se contratarem mais médicos, têm que ter mais enfermeiros. E têm que ter auxiliares e é uma despesa tremenda e quem manda nisto, o ministro da Saúde podia ser facilmente descartado e o das Finanças não porque é quem manda nisto tudo”. ----

Usou da palavra o Deputado *David Martins* para interceder junto do Presidente da Assembleia Municipal para que questione o Sr. Presidente da Câmara acerca do motivo para este continuar a não responder às suas perguntas, alegando ser um Deputado eleito com os mesmos direitos e os mesmos deveres que os restantes membros da Assembleia Municipal. De seguida, abordando a saída do Vereador *Paulo Rogão* do Executivo e proferindo que dos fracos não reza a História questionou: “se tinha tanto mérito, e era tão competente o que é que fazia o resto do Executivo? O que é que faz o Senhor Presidente entre as viagens nacionais e ao estrangeiro que de valor traga a esta terra? O porquê da multa do pagamento ao Tribunal de Contas devido ao pagamento ao Piaget sem o aval do Tribunal de Contas? O porquê do orçamento negativo que entalou Deputados desta Assembleia com uma situação que esse senhor, neste mesmo local, disse que era legal? O porquê da reunião com os funcionários todos da câmara, quando ganharam as eleições em 2017 com atitudes ditatoriais que tinham? O porquê da indemnização a três funcionários da câmara, por simples birra do senhor Diretor? O porquê da reserva de cinco hectares na zona industrial, até 2027, a uma empresa que tem um capital social de um euro quando precisamos urgentemente de postos de trabalho como de pão para a boca? Isto representa imensa despesa para o erário público, e o pior de tudo Senhor Presidente, é a falta de compromisso com o povo. O senhor vende uma lista para depois ser outra a governar. Vendeu o *Pedro Mascarenhas* e empurrou-o, vendeu a professora *Elsa*



Handwritten signature and initials in blue ink.

Escobar e chutou-a para canto. Agora foi o senhor Vereador *Paulo Rogão* que usou o cargo como trampolim.” Proferiu o Deputado referindo, ainda, que o senhor Presidente é uma pessoa em tempo de campanha e outra diferente a governar e que para quem diz serem uma equipa coesa, “não o estou a ver com pulso para gerir essa equipa, muito menos para desenvolver e melhorar a nossa terra. A única coisa que mostrou até hoje são projetos e projetinhos, tretas que não saem do papel só para inglês ver. Tem uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma”. O Deputado Municipal terminou a intervenção e entregou à Mesa da Assembleia as questões para as quais pretende obter respostas. -----

Usou da palavra o Deputado *Duarte Dias*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PS que deu início à sua intervenção agradecendo à Deputada *Beatriz Pereira* pela temática abordada e endereçou-lhe os parabéns porque de facto é “muito importante tirar carros da estrada e diminuir as emissões, porque isso vai impactar as gerações seguintes”. Passando, de seguida, a questionar o Executivo quanto à forma como estão a decorrer as iniciativas para que “passe aqui uma linha de caminho-de-ferro, que estimule a região e a zona industrial, que retire veículos individuais e que as pessoas possam viajar para o Porto e para Lisboa de forma ecológica, rápida e eficiente”. Tendo conhecimento de que foram feitas algumas negociações com os governos regionais espanhóis, manifestou interesse em obter mais informação acerca do assunto, que considera muito importante para Macedo de Cavaleiros. De seguida, no alinhamento da apresentação do início da sessão, sobre o comércio local, referiu que Macedo de Cavaleiros tem dois postos de carregamentos de carros elétricos. “Olhando para as necessidades atuais Macedo, poderá ser algo compreensível, mas olhando para o potencial de Macedo, no contexto da sua posição geográfica no distrito”, considera ser pertinente instalar mais alguns postos de carregamento lento, dando exemplos de localidades que estão a efetuar candidaturas nesse sentido. Concluindo que estes postos devem ser uma aposta que representa um investimento reduzido mas que a longo prazo poderá trazer vantagens para a cidade. Por último, em jeito de reflexão e a propósito da moção do grupo parlamentar do PSD intitulada “O superior interesse da criança”, com a qual discorda, o Deputado achou “muita piada” que se venham a criticar as obras e o atraso destas quando “há um orçamento atrás, se pretendia votar favoravelmente na primeira fase da intervenção nas escolas, que já devia ter sido feita na altura do pavilhão, porque esta primeira fase foi muito pouquinho”. -----



Assembleia Municipal – 4.^a Sessão Ordinária

Usou da palavra o Deputado *Carlos Rodrigues* que intencionou abordar dois pontos. No primeiro ponto referiu que “as mulheres socialistas são uma estrutura autónoma da Comissão Política, mas o representante do Partido Socialista é o presidente da concelhia e, portanto, é o senhor. Como tal, deve preocupá-lo a si, tal como a nós, que uma militante do seu partido tire proveito indevido do local onde trabalha para aceder ilegalmente, e violando a lei, a dados pessoais de terceiros. Segundo ponto, e porque deixou aqui no ar que, supostamente alguém próximo do PSD teria também já cometido um ato semelhante dentro do município e o senhor, ou o seu executivo, acalmaram a situação. Senhor Presidente, eu militante do PSD e com algumas responsabilidades de que me orgulho, sou o primeiro a dizê-lo, seja do PS ou do PSD um crime é um crime, e o senhor ali dentro não está para acalmar, está para garantir o estrito cumprimento da lei, trate-se de quem se tratar. Repare que não há quinze dias que o doutor *Paulo Rogão* saiu da câmara e já estamos aqui a falar de crimes, de violações e de ilegalidades. Eu pedia ao Senhor Presidente, se está em condições de assumir aqui, perante os macedenses, que os dados pessoais que a Câmara tem estão em segurança e são tratados única e exclusivamente para o fim que a lei os destina.” Proferiu. -----

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Deputado *João Pedro Fragoso*. No uso da palavra o Deputado solicitou esclarecimentos acerca das verbas gastas no pavilhão municipal. “ A minha *timeline* diz-me que a transferência de competências foi há cerca de um ano ou dois e foi dito que o dinheiro que foi aplicado no pavilhão já devia ser para a escola. Tendo em conta o que foi dito, como é que há seis ou sete anos, o dinheiro que é suposto ser para as escolas e não para o pavilhão?” Inquiriu.-----

Usou da palavra a Deputada *Maria Adelaide Carvalho* para manifestar que esperava ver na informação escrita, alguma referência sobre a reparação dos danos causados pelas enxurradas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio e informou que ainda decorria o período antes da ordem do dia e que o assunto que levou a Deputada a intervir era o ponto um da ordem do dia pelo que a palavra passaria para outro Deputado. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Ramiro Valadar* para responder ao Deputado *José Madalena*, afirmando ter de prestar contas à sua freguesia, por quem foi eleito “e até



Cij
elva
fr

ao dia de hoje fui bem eleito. Porque Já fui eleito pelo PSD e pelo PS, porque não sou mandado por ninguém, ninguém me manda vir aqui com uma cábula. Se a Câmara faz alguma coisa mal, venho aqui e digo que está mal. Tenho esse direito, tenho voto. Depois eu acho que devíamos fazer uma Assembleia para debatermos toda a gente que já foi embora porque também já houve Deputados, e hoje vai outro, que também tinham alguma responsabilidade no ato eleitoral, e também já foram embora. Não são só os Vereadores. Ultimamente até têm pedido que vá embora a Vereadora por causa das obras da escola. Eu gostava que alguns Deputados, que andam atrás das redes sociais, viessem aqui dizer o que dizem nas redes sociais para que toda a gente os visse lá em casa.” Retorquiu o Deputado. -----

Usou da palavra a Deputada *Maria José Moreno* para “desmontar a rua pedonal”, esclarecendo que na intervenção anterior “não era o facto de não haver perigo, que estava em causa porque de facto os carros passavam lá em velocidade vertiginosa mas sim o esquecerem que ali há comerciante e cargas e descargas, e lá em baixo não se consegue dar a curva. Se for um camião não consegue entrar para a rua Almeida Pessanha. Por isso é que eu lhe perguntei se o assunto foi a reunião de câmara, porque as questões de sinalética têm que ir a reunião de câmara. Também lhe perguntei se consultaram, porque se tivessem consultado de certeza absoluta que não tinham colocado as duas floreiras e o sentido proibido. Foi necessário uma reunião na Associação Comercial e que os comerciantes se revoltassem para agora, da parte da tarde, estarem lá já outros sinais, porque da parte da manhã continuavam lá os sinais de sentido proibido. Por isso, nós temos que desmontar as coisas desta forma.” Frisou a Deputada reiterando que de facto a rua em causa é pedonal, que os carros circulavam ali a alta velocidade mas que não se tomam decisões “aleatoriamente”. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às interpolações dos Deputados Municipais. -----

No uso da palavra, relativamente à intervenção do Deputado *José Madalena*, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu ter tido o cuidado de usar a palavra malagueta, desafiando-o a dizer porque o acusou de ter sido mal-educado. Explicando que a expressão utilizada é uma figura de estilo deixando a leitura para o Deputado. ---
A propósito da intervenção do Deputado *Manuel Mico*, quanto à situação financeira do município, o edil retorquiu que esta é “à imagem de muitos outros municípios”, com



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

situações bem graves no distrito, sendo a do município de Macedo de Cavaleiros, desde junho, crítica, explicando que a capacidade para pagar a fornecedores, que chegou aos quinze dias, “neste momento, estamos com dificuldade e vamos ter que fazer opções de pagamento porque tivemos uma redução do FEF- Fundo de Equilíbrio Financeiro, da transferência de fundos, que no total retirou ao orçamento cerca de um milhão e cem mil euros. Como se isto não bastasse sofremos ainda com a inflação mundial, fruto das contingências da guerra e do COVID, com a revisão de preços das empreitadas, que representaram mais de meio milhão de euros”. O município tem empréstimos e os juros tiveram um incremento de duzentos mil euros, o preço dos combustíveis e da eletricidade aumentaram e as remunerações com o pessoal, são de “cerca de um milhão de euros, fruto da transferência de competências e da justiça, equidade e as mesmas oportunidades para com os trabalhadores. A educação levou-nos a ter despesas acrescidas de trezentos e sessenta e três mil euros e, somados os valores dão a quantia de três milhões e trezentos e cinquenta e três mil euros. Imaginem o que é chegarmos ao mês de outubro e a trabalhar com menos três milhões e trezentos e cinquenta mil euros? Temos tudo hipotecado daqui até ao final do ano e temos que assegurar vencimentos e os restantes compromissos. Isto não está a acontecer só connosco, acontece com todos os municípios, e posso dizer-vos que há municípios, que não estão a conseguir pagar fornecimentos de abril. Portanto, apesar de mal, não estamos assim tão mal, mas para prevenir vamos pedir um esforço financeiro a todos. Não se admirem que nós não façamos só o estritamente necessário. No ano 2024 iremos executar os projetos que temos planeados, porque não podemos perder tempo e os fundos comunitários que aí vêm obrigam-nos a andar rapidamente. Temos compromissos que executaremos mas com cautela, não vamos hipotecar o município. Tenho a certeza que não tinham consciência deste défice de três milhões e trezentos mil euros mas estamos cá, com coragem e com peito para enfrentar e para resolver.” Afiançou. -----

Relativamente à questão colocada pela Deputada da *Beatriz Pereira*, no âmbito das pós-graduações da Escola de Negócios, o edil esclareceu que “neste momento, ainda está a decorrer a pós-graduação sobre Agro Business, uma pós-graduação bastante diferenciada e oportuna que termina em novembro. Está prevista uma pós-graduação sobre a gestão de unidades de saúde e outra de Gestão Financeira, em alinhamento com a Ordem dos Engenheiros da Zona Norte.” Assim, neste momento existem três pós-graduações na escola de Negócios. Uma em curso e duas previstas sendo que a pós-graduação de Gestão Financeira é previsível que aconteça em modelo *e-learning*. Em negociação estão, “as formações obrigatórias para as autarquias, destinadas aos



Cij
cel
Fr

dirigentes de primeiro e segundo grau". Estão, ainda, previstos cursos de desporto e natureza e muito trabalho na área da investigação e da inovação com alguns cursos breves que serão disponibilizados e destinados a adultos com mais de 23 anos, que fornecem créditos permanentes permitindo a sua acumulação. "Vamos também ter uma reunião, esta semana por causa dos espaços de *coworking*, nomeadamente a instalação de *start up's* e com alguns empresários locais na área do *design*. Queremos trabalhar para conseguir os requisitos necessários a uma incubadora certificada aliás, faz parte das nossas sinalizações no próximo quadro comunitário, investimento em espaços de incubação. Está também, em curso, uma geminação com um município francês que trabalha em áreas muito semelhantes à nossa, com uma diferenciação na área industrial sobre dispositivos médicos com os quais queremos criar sinergias." Retorquiu o autarca.-----

Para responder à intervenção do Deputado *Cláudio Trovisco*, o Sr. Presidente solicitou a colaboração da Vereadora *Sónia Salomé*, adiantando, contudo, que a obra nas escolas é essencial e que a promessa da empresa não deve ser posta em causa, que atrasos há sempre e nesta situação é "muito curto", que o foco do Executivo é a obra e não o atraso porque "um atraso de 9 dias de aulas não é atraso". -----

Quanto à intervenção do Deputado *Manuel Olaio*, o Sr. Presidente retorquiu que "obviamente não dispense os enfermeiros. Num bloco operatório são fundamentais e na minha equipa, o senhor enfermeiro, é fundamental, e o meu braço direito que nunca me abandonou" fazendo ainda alusão ao facto de no início do mandato lhe darem seis meses de governação, tendo sido considerado uma barriga de aluguer. ----

Ao Deputado *Duarte Dias*, que mencionou o Plano Ferroviário Nacional, o edil afiançou que este "faz todo o sentido", com uma estação prevista em Podence, corroborando a opinião do Deputado, "queremos viagens rápidas e limpas", ambientalmente sustentáveis, "mas não em 2050 que eu ainda quero viajar de comboio". A informação escrita refere uma sessão na *Diputación* de Zamora, onde o Sr. Presidente esteve presente, tendo acontecido uma conferência de imprensa para a televisão espanhola -TVE, que contou com a presença dos representantes dos municípios portugueses, nomeadamente Macedo de Cavaleiros, Vimioso, Bragança e Miranda do Douro, que continuam a lutar. Quanto aos postos de carregamento elétrico, o Sr. Presidente adiantou que estão planeados mais dois pontos, com uma aposta clara do município na energia limpa.-----

"Em política não vale tudo", afirmou o edil, reportando-se à intervenção do Deputado *Carlos Rodrigues* que abordou um tema que considera desagradável, principalmente "porque não quero envolver pessoas. Mas grave foi sair informação sigilosa do



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

município para usar politicamente. Isso é que é grave, agora estar a divulgar uma informação sobre uma formação de violência doméstica e usar isso politicamente, lamento”, afirmou deixando claro que as Mulheres Socialistas são um organismo autónomo que não depende do presidente da concelhia. -----

À intervenção da Deputada Maria José Moreno, a propósito da “desmontagem”, o autarca retorquiu que não tem que “desmontar nada porque quando venho aqui, digo aquilo que eu sinto e aquilo que é exatamente. Posso, eventualmente, cometer algumas imprecisões, mas também as sei assumir. Eu faço política limpa, não desmonto nada.” Retorquiu. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Vereadora *Sónia Salomé* para, por solicitação do Sr. Presidente da Câmara, responder às questões colocadas pelos Deputados no âmbito da educação. -----

No uso da palavra a Vereadora *Sónia Salomé* afirmou que a possibilidade de colocar os alunos noutro local nunca esteve em cima da mesa porque, “não tínhamos condições para tal”. Frisou, relatando que quando o plano foi apresentado não havia a questão do atraso. Em tempo útil foi entregue parte da obra e até à última semana era possível. No limite poderia ter arrancado o início do ano escolar na segunda-feira mas que foi decisão sua não o fazer. Quanto às provas de aferição, a Vereadora tranquilizou os presentes, pois trata-se de provas de competência que não estão relacionadas com o conteúdo programático ministrado ao longo do ano. Os seja, dizem respeito “a competências que eles têm que adquirir e não estão diretamente relacionadas com os conteúdos programáticos”. Relativamente ao aviso, que pode ter gerado alguma confusão ao falar da transferência de competências, a Vereadora esclareceu que o pacote financeiro que estava alocado às escolas, no quadro comunitário em curso, à data não tinha havido transferência de competências e os destinatários do aviso eram as escolas, ainda tuteladas pelo Ministério da Educação de onde resulta o problema que se gerou, “porque o beneficiário nunca poderia ter sido o município, sendo o pavilhão municipal propriedade deste, não sendo elegível para financiamento”. Esclareceu a Vereadora. -----

Usou da palavra o Deputado *José Madalena* para colocar uma questão à mesa da Assembleia. Assim “temos um Deputado municipal, o senhor *David Martins*, que fez aqui duas intervenções e que olímpicamente o Senhor Presidente, ignorou. O Senhor Presidente, persiste em não responder ao Deputado *David Martins* e eu solicito que a



Cij
ew
72

mesa diligencie, para que a resposta seja dada por escrito”, recordando ainda, que de acordo com o Regimento da Assembleia, as segundas intervenções são restritas a quem interveio no primeiro período. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, retorquiu que a afirmação feita pelo Deputado não estava correta e que em sessão anterior a bancada do PSD também utilizou o segundo período de intervenções e não houve oposição dos restantes grupos parlamentares. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção apresentada pelo grupo parlamentar do PSD, intitulada “O superior interesse da criança” a discussão. -----

Usou da palavra o Deputado *Manuel Mico* para, na qualidade de líder da bancada do grupo parlamentar do PS, manifestar que o PS irá votar contra a moção apresentada, tendo em conta que o atraso foi de cerca de oito ou quinze dias. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a moção “Supremo Interesse da Crianças”, apresentada pelo Deputado *Cláudio Trovisco*, subscrita pelo grupo parlamentar do PSD e elementos do grupo parlamentar do CDS-PP e Unidos por Macedo, a votação. A moção foi rejeitada com trinta (30) votos contra. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, perante a moção apresentada pela Deputada *Patrícia Cordeiro*, considerou que caso a proposta seja aprovada, é necessário que a Assembleia Municipal delibere sobre a constituição da Comissão nomeadamente considerando a possibilidade de nela integrar representantes de entidades com papéis relevantes nestes temas, como sejam associações culturais e similares, propondo a retirada da moção e a discussão da mesma em sede de Comissão Permanente para ser discutida e decidir a forma como esta comissão vai ser constituída. A proposta foi assim retirada da discussão. -----

PONTO DOIS- ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciação da Informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal referente à atividade autárquica no período compreendido de 16 de abril de 2023 a 16 de junho de 2023, elaborada nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º e no n.º 4 do art.º 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013. -----



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** abriu o período de intervenções. -----

Inscreveram-se os Deputados: *Maria Adelaide Carvalho, Lília Pereira da Silva, Maria José Moreno* e David Martins do grupo parlamentar do PSD, *Jacinta Lopes* do grupo parlamentar do CDS-PP, *João Pedro Fragoso* do grupo parlamentar Unidos por Macedo e *João Alves* do grupo parlamentar do PS. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à Deputada *Maria Adelaide Carvalho*, que referiu ter esperado ver na informação escrita uma referência sobre a reparação dos danos causados pelas enxurradas de 12 de junho em Carrapatas, que causaram graves prejuízos em diversas freguesias do concelho, destacando os danos e prejuízos causados na aldeia de Carrapatas, cujo levantamento de prejuízos já foi efetuado e reportado à Câmara Municipal e questionou o ponto da situação, relativamente à situação reportada. Em nome dos carrapatenses deixou um agradecimento à Câmara Municipal, ao operador da máquina, o Senhor Miguel Artilheiro e a todos os que colaboraram nos trabalhos de reparação dos caminhos rurais acrescentando que ainda há caminhos a necessitarem de intervenção. De seguida questionou se os particulares, que tiveram muitos prejuízos, também poderão contar com algum tipo de apoio. “Não sei como é que está essa situação. Gostaria de ser informada.” Terminou.-----

Usou da palavra a Deputada *Jacinta Lopes*, porta-voz do grupo parlamentar do CDS-PP que mencionou não se ir referir à informação escrita mas sim a algo que já devia ter sido referido. Assim, “a Assembleia Municipal é um órgão extremamente importante para o desempenho da atividade municipal, é um órgão fiscalizador e contribui efetivamente para a vida municipal. A grande essência das instituições são as pessoas, são estas que fazem, constroem ou destroem as mesmas instituições. Há pessoas que trazem os seus valores que as valorizam, que as dignificam e há outros que pelo contrário, não. Eu estranho que chegado este momento, e atendendo que somos o órgão que somos, que o Executivo, nomeadamente o senhor presidente da Câmara, não tenha dado conhecimento que houve alteração no Executivo Municipal. Dizer quem saiu e quem entrou e se já está a exercer funções ou não. Acho que é o mínimo para connosco. Vêm aqui elencadas uma série de coisas e naquele período saíram pessoas do Executivo, e entraram, supostamente, pelo rodapé que vejo nas atribuições dos pelouros, onde vejo uma pessoa nova. Acho que as instituições devem ser dignificadas, o que interessa não é o *Facebook* nem as redes sociais. Os



Cij
cel
X

formalismos também são importantes, temos de saber respeitar as instituições e acho que isso é obrigatório. Se o que conta são as redes sociais, então nós não estamos aqui a fazer nada." Manifestou a Deputada. -----

Usou da palavra a Deputada *Lília Pereira da Silva*, membro eleito pelo grupo parlamentar do PSD, afirmando que através da informação escrita do Sr. Presidente tomaram conhecimento de que havia uma redistribuição de pelouros e, nesse âmbito, dar os parabéns e as boas vindas à Vereadora *Susana Viana* e desejar-lhe um excelente trabalho. Tomou também conhecimento que com a redistribuição de pelouros o Senhor Presidente é agora o responsável pelo pelouro da Proteção Civil, intencionando abordar uma questão diretamente relacionado com este serviço: o centro de meios aéreos e da Proteção Civil de Macedo de Cavaleiros. Obra que considera "mais que necessária, é sobretudo estratégica. O equipamento ali ao lado dos Bombeiros Voluntários e do Heliporto Macedo de Cavaleiros foi construído para acolher os serviços municipais da Proteção Civil e dos meios aéreos. Ou seja, o edifício inaugurado em fevereiro deste ano é destinado ao comando e controlo de meios aéreos e aos operacionais de socorro e emergência médica, mais conhecidos pela equipa Heli 3 de Macedo de Cavaleiros. O centro de meios aéreos é um equipamento cujas obras foram financiadas em 85% por fundos comunitários e que, segundo o portal da transparência, as obras neste equipamento terão sido concluídas a 28 de fevereiro de 2023, escassas semanas após a sua inauguração pelo ministro da Administração Interna. No momento da inauguração foi dito que as obras ainda não estavam concluídas, mas que estariam concluídas no espaço de duas semanas. Até agora, aquilo que foi dito, durante a inauguração do centro de meios aéreos e aquilo que está plasmado do portal da Transparência dá tudo certo, mas pasmem-se, como eu me pasmei ao saber que passados sete meses, o edifício do Centro de Meios Aéreos da Proteção Civil ainda não está ocupado. A equipa do Heli 3 de Macedo de Cavaleiros, e os responsáveis de controlo de meios aéreos, continuam nas instalações antigas com poucas condições. Recordo que, segundo o portal da Transparência, esta obra está concluída desde finais de fevereiro de 2023. Nesse sentido questiono: pode o Senhor Presidente explicar estes lapsos temporais e o facto da obra inaugurada em Fevereiro, sete meses atrás, ainda não estar a servir para os fins a que foi destinada? Dar-se-á o caso de as obras não estarem mesmo concluídas? Sendo esse o caso, qual o motivo de uma inauguração com sete meses de antecedência e, Senhor Presidente, não adianta dizer que o que está concluído no portal da Transparência é só uma parte da obra que a outra parte, foi financiada com meios próprios do



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

município. Porque se é essa a desculpa, e se é essa a razão, então não se manda areia para os olhos das pessoas, não se façam inaugurações com ministros quando nada há a inaugurar. Na sua informação escrita, na parte do departamento de Obras e Gestão Urbanística, nada existe quanto à continuação destas obras ou à necessidade de se abrir novo procedimento para as poder concluir”. Além disso, “o contrato para a construção do centro de meios aéreos foi assinado, faz agora dois anos, em setembro de 2021, e o prazo para a conclusão das obras totais, no valor de quinhentos e tal mil euros, que estavam afetos a este projeto é de 240 dias, tempo suficiente para que estas obras tivessem sido concluídas”. Assim, “gostaria de saber o que se passa com o centro de meios aéreos para não estar a funcionar”. Questionou passando a referir a ausência de informação relativa a reuniões com a ATCentro, entidade responsável por ministrar o curso técnico de manutenção de aeronaves. “Na última reunião desta assembleia foi dito, pelo executivo, que o curso de manutenção de aeronaves ainda não tinha inscrições suficientes para abrir, que existiam oito inscritos e que seriam necessárias pelo menos doze. O então Vereador responsável afirmou, que estava à espera de setembro para saber as colocações do acesso ao ensino superior, e perceber se existiam mais interessados no curso. Quando olhamos para a informação escrita, percebemos que no espaço que medeia a última Assembleia e a de hoje não existiu qualquer reunião com a ATCentro. Nesse sentido, pergunto se foi feita alguma diligência no sentido de saber se houve mais inscritos, já que a primeira e segunda fase de acesso ao ensino superior já passaram? E, de uma vez por todas, o curso de manutenção de aeronaves vai, ou não vai, existir em Macedo de Cavaleiros? Outra coisa que se estranha é a ausência de uma reunião com o Ministério da Administração Interna. Todos recordam que em fevereiro, durante a inauguração do Centro de Meios Aéreos, o senhor ministro da Administração Interna prometeu financiar a 50% uma plataforma logística de meios de Proteção Civil, projeto importantíssimo para Macedo e para todo o território. Por isso fiquei surpreendida pela ausência de informação sobre o assunto. Mais surpreendida fico quando não se assinala nenhuma reunião de trabalho com o Ministério da Administração Interna, para que esse projeto se torne mesmo uma realidade para Macedo. A isto chama-se falta de pressão política, onde ela é necessária para bem e desenvolvimento de Macedo de Cavaleiros. Mas há mais. Desde o tempo da inauguração do Centro de Meios Aéreos até aos dias de hoje, um dos helicópteros de combate a incêndio ficou sem os seus cabos de transporte de balde. Ainda se encontra em averiguações o que é que terá sido. Pode ter sido vandalismo, um assalto ou outra coisa qualquer, não se sabe o que foi, mas sei que o que aconteceu ao helicóptero de combate a incêndios, aconteceu dentro do



Cis
celo
X

equipamento municipal, no heliporto Municipal de Macedo de Cavaleiros. Senhor Presidente, a incúria com a segurança do equipamento municipal, levou a que um helicóptero de combate a incêndios, estivesse inoperacional durante alguns dias, em plena época de incêndios. Isto é gravíssimo e por isso questiono porque não são acauteladas as questões de segurança do edifício de meios aéreos e do heliporto municipal? Justifique a falta de segurança permanente em equipamentos tão valiosos, tanto para nós macedenses, como para todo o território. Quais os recursos humanos alocados e quais os recursos do município alocados a este equipamento? "Questionou a Deputada. -----

Usou da palavra o Deputado *João Pedro Fragoso* para referir que no setor de apoio jurídico e expropriações, no número oito, relativo a uma expropriação litigiosa, cujo expropriante é o município de Macedo de Cavaleiros e o expropriado a senhora *Antónia Arminda Reis Mascarenhas* e outros, que pedem uma verba, que o município já terá pago ou que irá pagar, de cerca de um milhão de euros "e o que me chamou a atenção é que ontem, 21 de setembro, houve uma sessão deste julgamento. Assim, gostaria de saber se o julgamento já terá sido encerrado ou se haverá novas sessões e quais são as perspetivas do município quanto ao desfecho do processo." Ainda no âmbito da informação escrita, no que concerne ao Departamento de Obras e Gestão Urbanística suscitou-lhe curiosidade o aluguer operacional de três viaturas ligeiras para um período de nove meses, motivo pelo qual questionou se é comum o Município recorrer a este tipo de aluguer e se "estas viaturas se destinam a algum projeto, uma vez que é um período curto". Referida na informação está também a aquisição de serviços para a elaboração de projeto de execução de um novo edifício escolar, no valor de cerca de quarenta mil euros, inquirindo, o Deputado, acerca do tipo de edifício, função, dimensão das salas e respetiva capacidade bem como se o "edifício em projeto irá substituir equipamentos existentes. Se assim for, se já foi pensado o destino a dar aos equipamentos a serem substituídos." Questionou.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado *David Martins* que reiterou que a coerência do Sr. Presidente não diminuiu o seu direito a resposta. "Eu sou uma pessoa que foi eleita e o senhor, no seu cargo, não pode ignorar e desde essa sua afirmação, já me respondeu diversas vezes. As opiniões mudam que o diga o doutor *Carlos Mendes* da Associação Terra Quente, *persona* não grata e lesa-pátria".-----



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

Usou da palavra o Deputado *João Alves*, membro do grupo parlamentar do PS cuja intervenção foi motivada por um “problema constante na sua freguesia” que passou a relatar. “ A estrada nacional 15, neste momento é municipal até ao cruzamento do Zoio. Depois deste, e até ao limite do concelho, cerca de dois quilómetros, é estrada nacional. Esta situação causa-nos muitos constrangimentos, nomeadamente a mim que sou o responsável pela limpeza da aldeia. Eu esforço-me e tenho pessoal a trabalhar para limpar as ruas da aldeia e aquele pedaço é nacional, e eu acho que não me compete gastar dinheiro da freguesia para limpar uma coisa que não é da minha responsabilidade. Assim eu tenho o resto da aldeia limpa e aquele pedaço está sempre sujo. Já tentei, junto das Infraestruturas de Portugal, interceder para que procedam à limpeza, até porque a aldeia é muito visitada e dá má imagem. A resposta que obtive foi que se trata de um serviço concessionado a uma empresa, que efetua a limpeza uma vez por ano. A maior parte das vezes sou obrigado a intervir, correndo o risco de o fazer de forma abusiva. Assim, questiono se é possível a câmara tomar conta daquele troço. Reconheço que é mais um encargo e que vocês não querem encargos, mas eu comprometia-me a efetuar a limpeza até aos limites da freguesia e o município efetuava a limpeza em quinhentos metros. Como sabem temos colaborado com a câmara, porque sabemos das dificuldades na execução de algumas obras que eram da vossa responsabilidade. Recentemente executamos obra em ruas no valor de trinta mil euros, não me custaria gastar mais na limpeza desde que o troço passasse para a nossa alçada”. Manifestou o Deputado. -----

Usou da palavra a Deputada *Maria José Moreno*, para no “ensejo” da intervenção da Deputada *Maria Adelaide Carvalho*, quanto aos prejuízos que a sua freguesia sofreu, aquando das enxurradas e do temporal, falar da aldeia dos Cortiços, “à data, totalmente devastada. Descrição feita pelo Vereador em funções e responsável pela Proteção Civil, pelouro que neste momento é do Sr. Presidente, com danos extremamente avultados, contabilizados em cerca de duzentos e trinta mil euros (230.000), que se referem apenas a danos em equipamentos de domínio público, não falando dos danos causados em propriedade privada. Também foi dito, na comunicação social, que a autarquia iria arranjar meios financeiros para restabelecer a normalidade nas aldeias o mais depressa possível, solicitando ajuda ao Governo. Ontem li uma notícia que refere que Macedo de Cavaleiros, Vinhais e outros concelhos foram excluídos das ajudas governamentais. Perante essas circunstâncias, pode esclarecer esta Assembleia em que ponto se encontram as obras a realizar nas aldeias dos Cortiços, e de Carrapatas? Já que o Governo se recusa a ajudar questiono



Cu
cu
Fr

se os 230.000 euros seriam alocados pela Câmara ao domínio público ou iriam buscar só o apoio do Governo para a propriedade privada que foi lesada? Sei que existe bastante burocracia mas o inverno está à porta e o que não se fez até agora, não se pode vir a fazer nestes próximos meses, e as aldeias ficam completamente enlameadas e intransitáveis. Perante isto, e o facto de eu ter percebido que o Governo não apoia, eu gostaria de saber o que é que o executivo pretende fazer perante esta notícia.”-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas pelos Deputados Municipais. No uso da palavra, e a propósito da intervenção da Deputada *Maria Adelaide Carvalho*, o edil “estranhou” a questão colocada porque tem informação dos assessores e da Diretora de Departamento de que “ontem foi esclarecida sobre o assunto e sabe que há uma candidatura em curso para o apoio aos estragos que aconteceram, no valor 230.000 euros para as duas freguesias atingidas. A candidatura está feita, foi submetida à DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais e aguardamos resultados. É o que lhe posso dizer. Quanto às obras que foram realizadas, e disse muito bem, pelos nossos serviços, e pelos nossos meios mecânicos também eu faço um agradecimento aos operadores de máquinas, nomeadamente ao Senhor *Miguel Artilheiro*, que estão sempre disponíveis para ajudar. Temos que nos congratular com o bom funcionamento dos nossos serviços, dos dirigentes e dos nossos funcionários pois estamos a ser bem servidos nesse sentido”. Quanto às questões colocadas o edil referiu que tudo o que depender do município serão dadas respostas, “dentro do que é possível” informando, que já reuniu com a Sr.^a Ministra da Agricultura e com todos os autarcas da CIM-TTM, para encontrar soluções e que não fará concessões. “Fui eleito pelo povo e não há razões políticas que me levem a condescender. Na reunião a Senhora Ministra prometeu uma visita ao território e vamos aguardar.” Rematou.-----

Relativamente à intervenção da Deputada *Jacinta Lopes* que aludiu à ausência do anúncio da saída do Vereador *Paulo Rogão* do Executivo, o autarca referiu estranhar a afirmação porque “mais de metade da Assembleia Municipal foi precisamente a falar desse assunto mas sim, devemos fazer esse anúncio” proferiu, passando a anunciar que houve uma substituição do Vereador *Paulo Rogão* pela Vereadora *Susana Viana* que por razões éticas, e por lealdade ao trabalho que desempenha, vai acabar a safra das vindimas com a Santa Casa da Misericórdia e quando tudo estiver resolvido, estará disponível para trabalhar. “Entretanto está presente nas reuniões de Câmara e hoje está na plateia a assistir à sessão da Assembleia”. -----



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

No que diz respeito à intervenção da Deputada *Lília Pereira da Silva*, o Sr. Presidente manifestou ter reassumido a competência pelo serviço de Proteção Civil, sendo responsável pelo centro de meios aéreos, que “de facto” foi inaugurado, com uma série de pequenas obras para realizar, nomeadamente na cave, o pavimento e algumas preparatórias em *pladur*, uma parte elétrica na cave e o AVAC. “O edifício está em funções, e deve ter informações que não tenho. Visitei há pouco tempo o edifício, estava lá um responsável coordenador das operações, com o escritório todo equipado, inclusive a zona de descanso e refeitório. Estranho muito. A saída de dados é incrível, porque o próprio Presidente da Câmara desconhece que não está a funcionar o centro de meios aéreos, quando eu confirmo que está. Na sua essência a obra foi concluída”. Frisou. -----

A propósito do curso de técnico de aeronaves, o autarca anunciou que as aulas irão iniciar no próximo mês e que reuniu com os responsáveis da ATCentro chamando a atenção para o facto de estas reuniões terem acontecido durante esta semana, motivo pelo qual não constam da informação escrita. -----

A propósito do Ministério da Administração Interna e no que diz respeito à plataforma logística, o edil esclareceu que se trata de uma “base de apoio logístico” que está sinalizada nos próximos investimentos a contratualizar no âmbito dos fundos europeus, que é uma das prioridades do Executivo e que se mantém a participação de uma dependência da Administração Interna. Quanto ao sucedido com o helicóptero, nada faria esperar que um “equipamento de tal complexidade e de tão soberana importância para o país pudesse ser vandalizado. Com que intenção? Como disse, e muito bem a pouco tempo de começar o combate aos incêndios.” Retorquiu, informando que o ato de vandalismo praticado está em sede de investigação, esperando que rapidamente se descubra o autor e adiantando que é intenção do município adquirir um sistema de proteção global de todos os edifícios públicos, com a intenção de criar uma zona de segurança em todo o perímetro urbano. Quanto à intervenção do Deputado *João Pedro Fragoso*, que colocou uma questão sobre a expropriação, que teve uma sessão no dia 21 de setembro, dia anterior à sessão da Assembleia, o autarca adiantou que o processo existe e que é provável que o município seja condenado a pagar o remanescente da avaliação. Quanto à questão da locação das viaturas o autarca explicou que quando o mandato iniciou perceberam que existia uma despesa enorme com a gestão do parque automóvel, que era completamente degradado e acarretava custos insuportáveis, percebendo que a locação era uma situação mais funcional, mais económico e mais segura, e como tal, a situação relatada diz respeito a um pedido de prolongamento do contrato. -----



G. eba
X

Ao Deputado *João Alves* o autarca anunciou que o Executivo já pediu a desclassificação do troço em causa e que “ se aguarda uma resposta que ainda não aconteceu não por falta de pressão, mas pela dificuldade que as Infraestruturas de Portugal têm de agilizar a resposta. Trata-se de uma situação que também acontece com as estradas de aldeias, nomeadamente em Lagoa, Morais e Cortiços. -----

Relativamente às questões das Deputadas *Maria José Moreno* e *Maria Adelaide Carvalho*, a propósito dos danos causados pelas intempéries nalgumas aldeias do concelho, o Sr. Presidente frisou que a candidatura está feita mas que, tal como a Sr.^a Ministra referiu, só serão contemplados prejuízos do domínio público estando as colheitas fora da candidatura. “Continuamos descontentes e a reclamar porque, segundo os critérios, a avaliação, feita pelas nossas equipas e pela Direção Regional de Agricultura, que contabiliza os estragos e os prejuízos, tem que haver pelo menos 30% da produção afetada. Se temos pequenos agricultores com 70% da produção afetada, mas no universo concelhio correspondem a 1%, não é justo que não obtenham ajuda. Estamos a pedir à senhora ministra que venha, *in loco*, verificar que os pequenos agricultores e a pequena economia é prejudicada. Temos agricultores que trabalham para a subsistência e o nosso papel é defendê-los e o meu papel é insistir, insistir e insistir.”-----

Solicitou a palavra a Deputada *Lília Pereira da Silva* por considerar que uma das questões colocadas não foi respondida pelo Sr. Presidente da Câmara, reforçando a questão da segurança e questionando se depois do que aconteceu com o helicóptero de combate a incêndios, se foi providenciada segurança, vinte e quatro horas por dia, no heliporto Municipal de Macedo de Cavaleiros, e “se garante que os equipamentos estão devidamente protegidos durante o tempo em que estão estacionados no heliporto”. Em relação ao não funcionamento do centro de meios aéreos, a Deputada assegurou ter estado com a equipa Heli 3 que lhe garantiu que ainda estavam nas instalações antigas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à Vereadora *Sónia Salomé* para responder às interpolações do Deputado *João Pedro Fragoso*. No uso da palavra a Vereadora frisou que o projeto referido pelo Deputado diz respeito a “novas obras e representa a prova de que, continuamos a precisar de dinheiro, quer para resolver a questão abordada inicialmente, relativa à junção dos ciclos que supõe a criação de um novo bloco para o quinto e sexto ano, com a construção de um novo edifício”. Adiantando que o Executivo integrou um acordo sectorial com o Ministério da Coesão e da Educação e com a Ação Nacional de Municípios Portugueses, em que no âmbito da CIM-TTM só contempla Macedo de Cavaleiros e uma das escolas de Bragança,



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

que “reconhece da parte da coesão e do Ministério da Educação, a necessidade de continuar a intervir no nosso parque escolar. Além da criação dos blocos, vão ser submetidas outras intervenções, nomeadamente a requalificação da cozinha do polo III. Por isso afirmei que a intervenção está a ser feita aos retalhos. No âmbito desta candidatura ainda se conseguiu mapear a nossa escola para continuar a receber fundos, quer seja no próximo quadro comunitário 2030, no mecanismo de antecipação sendo ainda possível transitar o financiamento para o PRR- Plano de Recuperação e Resiliência. Neste momento aguardamos a validação da candidatura com a certeza de que para o ano haverá mais obras, e é assim que pretendemos continuar.” Rematou a Vereadora. -----

De novo no uso da palavra e a propósito da segurança do heliporto municipal, o Sr. Presidente da Câmara adiantou que existem quatro câmaras de vigilância a funcionar permanentemente. Desconhecendo o facto pelo qual a equipa do Heli 3 não está no Centro de Meios Aéreos, o autarca referiu que o coordenador de operações contra incêndios, o mediador entre os pilotos e a própria equipa e o centro coordenador estão instalados no Centro. “Não sei se é por decisão da equipa ou se ainda não encontraram o momento de se mudarem. Desconheço o motivo.” Disse. -----

Ponto 2 – Assembleia Municipal Jovem - 1.ª Alteração ao Regimento e Cartão de Jovem Deputado Municipal – Aprovação. -----

----- Presente o documento relativo à 1.ª alteração ao Regimento da Assembleia Municipal Jovem, previamente enviado a todos os membros da Assembleia Municipal, propondo a alteração da alínea d) do artigo 2.º designando como membros da Assembleia Municipal Jovem, os “Jovens Deputados do 7.º ao 12.º ano do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros” e o cartão de Deputado Municipal Jovem. -----

-----O documento dá-se como transcrito ficando uma cópia apensa à pasta relativa à documentação da sessão.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, na qualidade de tutor da Assembleia Municipal Jovem, deu nota à Assembleia de que seria da vontade do Agrupamento de Escolas avançar já com a integração dos alunos do 10.º ano de escolaridade até ao 12.º ano, informação que já transmitiu à Comissão Permanente e à Comissão de Educação. Em reunião com o Diretor do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros e sendo a AMJ um projeto em parceria, ficou acordado, que a integração de todos os níveis de escolaridade seria feita gradualmente. Assim, para o mandato de



Cir
celo
X

2024 a AMJ passará a integrar os representantes do 10.º ano e no ano seguinte os do 11.º ano, de modo a consolidar o projeto com alguma segurança. Assim, o que iremos votar neste ponto é o alargamento da AMJ até ao 12.º ano de escolaridade e, em simultâneo o cartão de Jovem Deputado. -----

Aberto o período de intervenções e não havendo inscritos o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a 1.ª alteração do documento Regimento da Assembleia Municipal Jovem” e o cartão de Jovem Deputado Municipal a votação. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a primeira Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal Jovem, bem como aprovar o cartão de Jovem Deputado Municipal. -----

Ponto 3- Segunda Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2023- Proposta - Aprovação nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Vice- Presidente da Câmara Municipal, datada de 07-09-2023, que se transcreve: -----

“Justificação: -----

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública nela se incluindo a Administração Local. --

A NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental - trata, entre outras matérias, da questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução. -----

Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos aos Documentos Previsionais do ano em curso determinam o procedimento de uma alteração orçamental modificativa, uma vez que se procede à inscrição e diminuição de receitas e consequentemente inscrição e anulação de despesas, resultando na alteração ao montante inicial global dos Documentos Previsionais. -----

Concretizando. -----

Ao nível da receita -----

i) Procede-se à atualização de verbas cobradas em relação ao inicialmente previsto. --

Ao nível da despesa -----

No documento previsional Plano Plurianual de Investimentos: -----



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

i) Criação de uma ação referente à aquisição de equipamento de projeção digital de cinema e de vídeo, imagem e tecnologia para cineteatros e centros de arte contemporânea públicos; -----

ii) Anulação de ações e saldos existentes. -----

No documento previsional Plano de Atividades Municipais: -----

i) Criação de ações referentes a: -----

a) Redes elétricas – aquisição de serviços; -----

b) Freguesia de Morais – criação de pontos de água; -----

ii) Anulação de ações e saldos existentes. -----

No documento previsional Orçamento -----

i) Reforço orçamental de algumas rubricas já previstas. -----

Face ao exposto, anexam-se os mapas que evidenciam esta modificação, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no art.º 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, datada de 07-09-2023, nos termos apresentada, bem como submetê-la a deliberação da Assembleia Municipal. -----

Aberto o período de intervenções, inscreveram-se os Deputados *José Madalena* e *David Martins*, do grupo parlamentar do PSD. -----

Usou da palavra o Deputado *José Madalena* para, relativamente à alteração orçamental em análise, dizer que ela é muito específica e que contempla dois pontos que faziam parte da candidatura do PSD, nomeadamente a questão do cinema digital e a criação de pontos de água no concelho. Assim, e como cumprem os requisitos referidos, manifestar que o grupo parlamentar do PSD irá votar, pontualmente, o ponto positivamente. De seguida o Deputado solicitou, ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimentos quantos aos cortes do FEF, no valor um milhão e cem mil euros que referiu na sua intervenção, uma vez que o corte diz respeito ao ano de 2022, parcialmente compensado com setecentos mil euros em 2023. -----

Usou da palavra o Deputado *David Martins* para proferir uma declaração de voto. Assim, o deputado manifestou ser “completamente a favor da alteração ao orçamento, no ponto referido pelo Deputado *José Madalena*” mas não pode aceitar que a verba atribuída à aldeia das Cabanas, ainda não foi utilizada, nem estou a prever que seja



Cj
celix

utilizada este ano, e que esteja contemplada nesta alteração a despesa que a junta teve com a colocação de uma conduta de água na rua de D. Miguel. Despesa “que teve que ser suportada pela junta, apesar da água se encontrar municipalizada, ser cobrada como água tratada e ser da nascente da junta, e essa verba reverter toda para a Câmara Municipal. Na minha opinião, primeiro deveriam pagar essa dívida, gastar a verba que está destinada em orçamento para as aldeias e não em novos projetos. Por essa razão vou votar contra.” Declarou o Deputado. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para responder à interpolação do Deputado *José Madalena*. -----

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** frisou que o município não recebeu a compensação dos setecentos mil euros e que quando a transferência de um milhão e cem mil euros foi comprometida, comprometeu todo o plano de pagamentos tendo o município assumido, à posterior, os compromissos e que a falta de ressarcimento da verba deixou o município numa situação grave.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a proposta à votação do plenário. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, deliberou, por maioria, com cinquenta e um (51) votos a favor, seis (6) votos contra e uma (1) abstenção, aprovar a segunda Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2023. -----

Ponto 4- Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 - Aprovação nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 29-08-2023, que se transcreve: -----

“Aditamento dos seguintes postos de trabalho: -----

Dois (2) postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior área de História e de Antropologia, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado; -----

Um (1) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado. -----

Enquadramento legal -----

Em conformidade com o artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, o



Assembleia Municipal – 4.^a Sessão Ordinária

empregador público deve planejar para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis. -----

Assim, é anualmente elaborado o respetivo Mapa de Pessoal, onde se preveem quais os postos de trabalho necessários para execução das atividades previstas no ano a que diz respeito. -----

O Mapa de Pessoal do Município de Macedo de Cavaleiros, constante em anexo à proposta de Orçamento Municipal - 2023, foi aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, em sessão de 28/12/2022. -----

Em conformidade com o artigo 29.º da LTFP, *“o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: -----*

a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; -----

b) Do cargo ou da carreira e, ou, categoria, que lhes correspondam; -----

c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; -----

d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho. -----

Porém, o Mapa de Pessoal não é um documento estático, é pois, um documento que funciona como um importante instrumento de gestão dos recursos humanos e, assim sendo, sofre as mutações que sejam necessárias para operar no ano a que se reporta, prevendo os lugares que permitem à Câmara Municipal recrutar os recursos humanos necessários para dar resposta às exigências do seu funcionamento. -----

A competência para aprovação do Mapa de Pessoal, e por identidade de razão das suas alterações, é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na conjugação da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

Fundamentos da proposta de alteração -----

A - O Departamento de Administração e Finanças carece de recursos humanos na carreira/categoria de Assistente Técnico para exercer funções na Secção de Apoio aos Órgãos Municipais, designadamente para exercer as funções de apoio administrativo e



Cij
celm
12

de secretariado, conforme descrito no art.º 17.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências (ROSMEC); -----

B - A Divisão da Cultura e Turismo conta com três espaços museológicos: Museu de Arte Sacra, Museu de Arqueologia e o Museu Martim Gonçalves de Macedo, estando previsto ainda para este ano a abertura do Museu dos Templários, consequentemente, para assegurar a abertura de todas estas unidades Museológicas são necessários recursos humanos na área de História e de Antropologia; -----

Assim, perante o que vem sendo referido, verifica-se que devem ser aditados ao mapa de pessoal da autarquia: -----

a) - Um (1) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico para exercer funções na Secção de Apoio aos Órgãos Municipais – Departamento de Administração e Finanças; -----

b) - Dois (2) postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior: um de História e um de Antropologia para exercerem funções na Divisão de Cultura e Turismo; -----

Proposta -----

Pelo que, atento ao quem vem sendo dito, em conformidade com o disposto no artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, pelos fundamentos aduzidos, proponho, que a Câmara Municipal aprove a presente proposta, a fim de ser submetida, para apreciação e deliberação, na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

Os encargos com a presente alteração encontram-se sustentados nos documentos previsionais para o ano 2023." -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 29-08-2023, nos termos apresentada, bem como submetê-la a deliberação da Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenções. -----

Pretendeu usar a palavra o Deputado *David Martins* para proferir “um género de uma declaração de voto. Senhor Presidente, sei que é o Executivo o responsável por gerir os recursos humanos e até entendo que haja alterações a meio do ano e dos mandatos, consoante a necessidade de cada departamento, o que não é admissível é a forma como o Senhor Presidente falou na última reunião de câmara sobre o assunto das três pessoas que vão ocupar o lugar. Se o concurso ainda não abriu, se ainda vai haver candidaturas dos diversos interessados, como pode afirmar que até conhece



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

bem as pessoas e que são extremamente competentes? Como é possível que neste e nos anteriores concursos, se saiba, à priori, quem vai ocupar os lugares? Recordo-me que na Assembleia que correu nas Arcas, onde só faltou ao Senhor Presidente dizer quem ocuparia o lugar do EDRU. Recordo-me de anterior Assembleia, em junho de 2023 de dizer que ia fazer um concurso tudo legal para resolver a situação dos funcionários do Geopark, como se as outras pessoas não pudessem concorrer a esse concurso. Como pode admitir isso em público, sabendo que há concursos e haverá pessoas que irão concorrer com mais ou menos qualificações e que estão automaticamente de fora? Por me parecer um processo bastante duvidoso, voto contra esta alteração. “Declarou o Deputado.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a proposta à votação do plenário. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 deliberou, por maioria, com cinquenta e quatro (54) votos a favor, um (1) voto contra e três (3) abstenções, aprovar a primeira Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023. -----

Ponto 5 - Concessão do Direito de Exploração da Cafeteria, sita no Parque Urbano de Macedo de Cavaleiros- Procedimento n. CE 10/2023 - Deliberação nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013. -----

-----Presente a Informação do Departamento de Obras e Gestão Urbanística, datada de 16-06-2023, que se transcreve: -----

“Na sequência da informação n.º 148/2023 desta secção, bem como dos despachos do Sr. Presidente da Câmara Municipal, *Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues*, datados de 14 e 26/05/2023, procedeu-se à abertura e aprovação do concurso supra citado. -----

O prazo para apresentação das propostas terminou às 16.00 horas do dia 12/06/2023. Informo, que não foi apresentada qualquer proposta.” -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 06-07-2023, proferiu o seguinte Despacho: “Em conformidade com a Informação e parecer defino: -----

- O encerramento do atual processo; -----
- A abertura de novo procedimento com as mesmas especificidades exceto o preço base, que será no valor de 250€. -----

Dada a urgência, submeto à próxima reunião de Câmara Municipal para ratificação.” --



Cj
celso
[Signature]

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 06-07-2023, submetendo à deliberação da Assembleia Municipal o encerramento do atual processo, bem como a abertura de novo procedimento com as mesmas especificidades exceto o preço base, que será no valor de 250€". -----

Aberto o período de intervenções e não havendo inscritos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a proposta à votação do plenário. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, deliberou, por unanimidade, aprovar o encerramento do atual processo, bem como a abertura de novo procedimento com as mesmas especificidades exceto o preço base, que será no valor de 250€.

Ponto 6- Pedido de Renúncia do Eleito *Manuel António Machado Carvalho* - Conhecimento à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 169/99, de 28 de setembro na sua redação atual. -----

-----Presente para conhecimento o seguinte pedido: -----

" Manuel António Machado Carvalho, portador do Cartão do Cidadão n.º 10684044, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista para o mandato autárquico 2021/2025, nos termos do disposto nos n.º 1 e 2 do art.º 76.º da Lei 169/99 de 18 de junho, na sua redação atual, venho apresentar a minha renúncia ao cargo de Deputado Municipal pro motivos profissionais". -----

Pretendeu usar da palavra o Deputado *Manuel Mico*, porta-voz do grupo parlamentar do PS para deixar, em nome do partido, um abraço ao Deputado Manuel Carvalho e agradecer-lhe o trabalho desempenhado na Assembleia e dentro do partido.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto 7- Atualização do Tarifário de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos em situações excecionais e comprovadas de fuga – Aprovação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013. -----

-----Presente a Informação n.º 403/2023 da Divisão de Água e de Gestão de Frota, datada de 23-08-2023, que se transcreve: -----

"No seguimento da informação nº 346/23, em que submeteu para apreciação e



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

decisão superior a proposta de tarifário dos serviços de abastecimento de água em situações excecionais e comprovadas de fuga; -----

Foi deliberado em Reunião de Câmara de 07 de junho de 2023, por unanimidade, aprovar o novo tarifário de água, saneamento e resíduos sólidos em situações excecionais e comprovadas de fuga, bem como submete-lo a consulta pública através de Edital e publica-lo no *site* do Município de acordo com o artº101 do CPA pelo período de 30 dias. -----

Após decorridos os 30 dias, da publicação no *site* do Município, e não havendo contributos por parte dos munícipes, proponho que se proceda à atualização do tarifário.” -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 23-08-2023, proferiu o seguinte Despacho: “À Câmara Municipal.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atualização do tarifário da água em situações excecionais e comprovadas de fuga e submetê-lo a deliberação da Assembleia Municipal. -----

Aberto o período de intervenções pretendeu usar da palavra a Deputada *Maria Adelaide Carvalho* por ter verificado a ausência de qualquer registo sobre “a intervenção da Câmara Municipal sobre as intempéries de junho”, sendo o único registo relativo ao dia oito de setembro, que refere uma reunião com representantes da Associação de Agricultores de Mirandela, Valpaços e Macedo de Cavaleiros para a avaliação dos prejuízos das intempéries de dois e três de setembro. Estando a Deputada à espera de encontrar alguma referente às intempéries anteriores.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para responde à interpolação da Deputada. -----

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** afirmou estar surpreendido com a intervenção da Deputada, tendo informação “dos serviços de que ontem lhe teriam comunicado que tinha sido submetida uma candidatura à DGAL, único enquadramento possível para ir ao encontro dos prejuízos materiais. “A candidatura está em curso e a ser apreciada mas as culturas não serão contempladas”. Uma realidade injusta “para com as pessoas que têm pequenas culturas. Se estamos a avaliar pelo todo se for um latifundiário que tem 30% da sua cultura prejudicada, eles vão financiar agora, porque corresponde a um todo no concelho. Os pequenos agricultores ficam prejudicados e é essa injustiça que estamos a contestar. Ontem tivemos tempo de antena no Telejornal da RTP 1. Vamos aguardar agora que a senhora ministra se sensibilize, que venha ao



Geeta

território e que constate que se trata de realidades completamente distintas. Nós não estamos no Alentejo, estamos em Trás-os-Montes, temos minifúndio e as pessoas dependem da subsistência dessas pequenas culturas. Infelizmente, as regras são definidas assim por quem está nos centros de decisão. A candidatura está feita e vamos aguardar a decisão. Tenho fé que vão ser contemplados”. Terminou o edil. -----
No âmbito do ponto sete da ordem do dia o Sr. Presidente da Câmara referiu que “em causa está uma alteração do tarifário que tem a ver com situações muito injustas para as pessoas que sem saber onde está a razão da fuga, perdem imensa água e são confrontadas com quantias elevadíssimas a pagar. Não é uma situação justa e estamos a tentar ser razoáveis com estes mecanismos e com estas tarifas, para que quando se comprovarem que as fugas não são por episódios ilegais ou por incúria, será aplicada esta tabela.” -----

Usou a palavra a Deputada *Maria Adelaide Carvalho* para questionar sobre a existência de critérios para a classificação destas situações. À questão respondeu o Sr. Vice-presidente com um redundante sim. “Há critérios e muito apurados e tem que haver muito rigor na avaliação dos mesmos, porque sabemos que há pessoas que não são cumpridoras. Neste momento, os nossos serviços têm capacidade e equipamentos suficientes para conseguir diagnosticar a fuga e a situação que está em causa como estamos cada vez mais preparadas para percecionar consumos de água ilícitos, situação extremamente desagradável para nós, e para as pessoas que o praticam, porque estamos numa terra pequena, onde todos nos conhecemos. A partir deste momento, está em vigor uma nova taxa para que em situações de faturação de, por exemplo, quinhentos metros cúbicos de água que, a partir do 15º metro cúbico de água iriam pagar a água a dois euros e setenta centimos o metro cúbico, irão pagá-lo a cerca de sessenta e cinco ou setenta centimos. Não existe culpa da nossa parte mas não queremos penalizar o azarado por ter tido uma fuga de água. Assim, desde que seja provado que há fuga, a água vai ser paga ao preço que nós pagamos às águas do Norte. Desde que, reitero, devidamente comprovado”. Mencionou o Vice-presidente. -----

A propósito da intervenção da Deputada *Daniela Rebelo*, que referiu a prática da modalidade de basquetebol, o Sr. Vice-presidente intencionou esclarecer algumas questões, felicitando-a pela questão colocada porque é uma temática extremamente importante, que merece a preocupação do Executivo que, com base neste cuidado, tem vindo a alargar o leque das modalidades. No que diz respeito ao basquetebol e à disponibilidade do espaço das naves para trabalhar, esta não é uma responsabilidade



Assembleia Municipal – 4.ª Sessão Ordinária

do Executivo. “O nosso trabalho com a direção dos clubes é de orientação sendo a gestão do espaço e da prática das modalidades da sua responsabilidade. A autarquia não se imiscui na atividade dos clubes. Quando alguém não estiver satisfeito com a forma como um clube trata uma modalidade deve reunir com a direção deste. Se a reunião não surtir efeito então irão falar connosco e nós posteriormente falaremos com eles para tentar perceber o que se está a passar, mas não é da nossa competência.” -- Relativamente ao basquetebol, “modalidade acarinhada pelo Executivo”, o Vice-presidente adiantou ter tido uma reunião com a direção do Grupo Desportivo Macedense e do Clube Atlético, para lhes comunicar que o basquetebol e o xadrez vão ter um orçamento específico. Uma forma inédita de trabalhar no sentido de apoiar as modalidades tidas como secundárias. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a proposta à votação do plenário. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, deliberou, por maioria, com cinquenta e sete (57) votos a favor e uma (1) abstenção aprovar a atualização do tarifário da água, saneamento e resíduos sólidos em situações excecionais e comprovadas de fuga. -----

PONTO TRÊS - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e n.º 3 do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Assembleia Municipal questionou se havia alguém do público que quisesse neste momento intervir. Não houve quem pretendesse usar da palavra. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que o público que pretender intervir na Assembleia, terá de fazer chegar à mesa da Assembleia, no início da sessão, essa intenção. De seguida, felicitou a Comissão Política Concelhia do PSD e a sua recém-eleita Presidente, a Vereadora *Clementina Gemelgo*, a quem desejou muitas felicidades e um bom trabalho em prol do município. -----

APROVAÇÕES EM MINUTA (Cfr. art.º 57.º n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013). Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta os pontos dois, três, quatro, cinco e sete da Ordem do Dia. -----



Eram dezanove horas e trinta e cinco minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.





